



AUGUSTO OTTO KUCK KONRAD

**GUERRA FRIA IRÃ-ARÁBIA SAUDITA: ESTUDO DE GUERRAS DE
PROCURAÇÃO NA SÍRIA**

CANOAS, 2021

AUGUSTO OTTO KUCK KONRAD

**GUERRA FRIA IRÃ-ARÁBIA SAUDITA: ESTUDO DE GUERRAS DE
PROCURAÇÃO NA SÍRIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora do curso de Relações Internacionais da Universidade La Salle - Unilasalle, como exigência parcial para a obtenção do Grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientação: Prof. M.e Gustavo Henrique Feddersen

CANOAS, 2021

Aos meus pais, Orlando e Jane,
sempre ao meu lado nessa jornada,
obrigado por tudo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de dedicar esse trabalho a meus pais, Orlando e Jane, que sempre me acompanharam, incentivaram e ajudaram nesta caminhada, não importando as dificuldades, sempre estiveram ao meu lado, sem vocês nunca teria chegado aqui. Ainda dedico ao meu irmão Arthur, sempre na minha companhia.

Também dedico para Isabella, que me acompanhou por todo esse momento turbulento com muito amor e carinho.

Aos meus professores, que me ensinaram tudo que eu sei e por me colocarem no caminho do conhecimento, de forma especial ao meu orientador, por me ajudar a transformar esse projeto em realidade.

E, finalmente, agradeço a Deus por tornar tudo isso possível.

"Toda guerra é o resultado de uma diferença de opinião. Talvez as maiores perguntas só poderão ser respondidas pelo maior dos conflitos". (JC Denton)

RESUMO

Atualmente o Oriente Médio se encontra em um período conturbado de guerras e conflitos, muitos podem ser traçados para uma rivalidade entre Irã e Arábia Saudita pela liderança regional. Esse estudo tem como objetivo mostrar como essa rivalidade se dá por meios indiretos, usando de terceiros em guerras de procuração, dando apoio de forma militar, financeira e política, uma verdadeira “guerra fria”. A pesquisa foi feita pelo método qualitativo com o levantamento de dados históricos por meio de uma pesquisa bibliográfica. Foi realizada por meio de um estudo histórico do desenvolvimento dessa rivalidade, traçando suas origens na Revolução Islâmica de 1979 e como a fase atual se iniciou na Primavera Árabe em 2011. Foi efetuada uma análise de formas nas quais Teerã e Riade conduzem guerras de procuração, baseada na teoria de Andrew Mumford. Para este fim foram estudados vários casos e episódios de intervenção em guerras de procuração, com a Síria servindo para um estudo de caso mais aprofundado. Foi concluído que a fase atual do conflito começa como consequência da Primavera Árabe, que desestabilizou a região e moveu ambos países para adotarem uma postura proativa como forma de controlar a insegurança causada, como também o retorno de suas antigas desavenças. Também foi visto que a estratégia de guerras de procuração do Irã e Arábia Saudita são diferentes, com os sauditas preferindo o uso de seu capital para apoio financeiro e sua influência política, enquanto os iranianos formaram uma rede de milícias e grupos paramilitares como *proxies* em toda a região. Ainda assim na Guerra Civil da Síria fazem o uso extenso de guerras de procuração de todas as formas possíveis: pela provisão de pessoal, material, apoio financeiro e apoio político para seus proxies.

Palavras-chave: Irã; Arábia Saudita; Guerras de Procuração; Guerra Civil da Síria; Conflito Irã-Arábia Saudita

ABSTRACT

The Middle East currently finds itself in a troubled period of wars and conflicts, many can be traced back to a rivalry between Iran and Saudi Arabia for regional leadership. This study has the objective of studying how this rivalry takes place through indirect means, using third parties in proxy wars, supporting them militarily, financially and politically, a true "cold war". This research was done by using the qualitative method with a survey of historical data through bibliographical research. This was made through a historical study of the development of this rivalry, tracing its origins to the Islamic Revolution of 1979 and how the current phase began at the Arab Spring in 2011. An analysis was made of ways in which Tehran and Riyadh conduct proxy wars, based on Andrew Mumford's theory. To this end, several cases and episodes of intervention in proxy wars were studied, with Syria serving for a more in-depth case study. It was concluded that the current phase of the conflict began as a consequence of the Arab Spring, which destabilized the region and moved both countries to adopt a proactive stance as a way to control the insecurity caused by it, as well as the return of their old quarrels. It was also seen that the proxy warfare strategy of Iran and Saudi Arabia are different, with the Saudis preferring the use of their capital for financial support and through their political influence, while the Iranians have formed a network of militias and paramilitary groups as proxies throughout and region. Yet in the Syrian Civil War both make extensive use of proxy warfare in every possible way: by the provision of personnel, material, financial and political support for their proxies.

Keywords: Iran; Saudi Arabia; Proxy Wars; Syrian Civil War; Iran-Saudi Arabia Conflict.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	11
2.1 O estabelecimento da dinastia Pahlevi no Irã e do Reino da Arábia Saudita	11
2.1.1 <i>O estabelecimento da dinastia Pahlevi no Irã (1925)</i>	11
2.1.2 <i>O estabelecimento do Reino da Arábia Saudita (1930)</i>	15
2.2 O Oriente Médio como front da Guerra Fria entre EUA-URSS e a Guerra Fria Árabe (1952-1979)	19
2.3 A Revolução Iraniana (1979) e seus efeitos na relação Riade-Teerã	27
2.3.1 <i>A Queda da Dinastia Pahlevi e a Revolução Iraniana</i>	27
2.3.2 <i>Deterioração das relações Teerã-Riade após a revolução</i>	35
2.4 A Primavera Árabe e o novo quadro estratégico do Oriente Médio	39
3 GUERRAS DE PROCURAÇÃO NO CONFLITO IRÃ-ARÁBIA SAUDITA	46
3.1 Teoria da Guerra de Procuração	46
3.2 Como e porque Irã e Arábia Saudita usam Guerras de Procuração?	48
3.3 Guerra da Síria	55
4 CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS	64

1 Introdução

O objetivo deste trabalho é fazer o estudo de um conflito recente no Oriente Médio: a Guerra Fria Irã-Arábia Saudita. As duas nações estão travando uma disputa na qual as duas procuram se tornar a liderança regional, além de centro do mundo islâmico e do Oriente Médio. Esse conflito é uma “guerra fria”, não é travado diretamente entre as duas nações, mas por meio de terceiros, como diferentes facções e grupos sectários beligerantes pelo Oriente Médio, enviando forças militares e paramilitares, ou patrocinando governos e atores não-estatais de forma monetária, militar e diplomática.

A rivalidade entre os dois é uma força motriz para o surgimento e intensificação de conflitos na região, com reverberações globais como consequência. As intervenções impactam de forma que resultam em uma perda enorme de vidas, destruição de infraestrutura e enormes perdas humanitárias, o que impede o desenvolvimento da região, e o sectarismo marcante desse conflito cada vez mais empurra o Oriente Médio para a radicalização. Estudar esse tema ajuda a enxergar um dos principais motivos pelo qual a região está dividida e providencia perspectivas para descobrir novos caminhos para processos de paz no Oriente Médio.

Esse trabalho busca responder a seguinte pergunta: “Como Irã e Arábia Saudita influenciam conflitos no Oriente Médio, como a Síria, por guerras de procuração?”. As hipóteses que serão testadas afirmam que: (i) a fase atual do conflito é resultado da primavera árabe em 2011 e de uma rivalidade entre as duas nações para se tornar a potência regional dominante; e que (ii) o Irã e a Arábia Saudita participam das guerras de forma direta, enviando forças militares e paramilitares, ou patrocinando governos e atores não-estatais de forma monetária, militar e diplomática. Assim, os objetivos específicos são fazer uma análise histórica do desenvolvimento da Guerra Fria Irã-Arábia Saudita e dos motivos e interesses por trás dela, e ver quais são as formas que o Irã e Arábia Saudita agem dentro das guerras civis, fazendo um estudo de caso da Síria.

A metodologia utilizada para testar as hipóteses está alicerçada no método qualitativo, com uma pesquisa bibliográfica e documental de livros e artigos científicos sobre a região e os atores regionais. Para proceder com a interpretação dos dados levantados, será empregado o método histórico-explanatório (VAN EVERA, 1997, p. 91), que consiste na análise das causas, padrões e consequências de eventos e de dinâmicas históricas a partir de teorias apropriadas. Especificamente para este estudo, os eventos envolvendo a competição

geopolítica entre Irã e Arábia Saudita e as dinâmicas de guerra proxy serão descritos e interpretados a partir da teoria proposta por Mumford (2013).

No Capítulo 2 será feito inicialmente uma contextualização histórica da formação dos estados modernos do Irã e Arábia Saudita e os eventos históricos que levaram ao desenvolvimento da rivalidade entre os dois estados. Primeiro, o subcapítulo 2.1.1 traçará a origem do estado moderno iraniano por meio da ascensão da dinastia Pahlevi no Irã, 2.1.2 por um ângulo similar estudará a unificação da península arábica e a formação do Reino da Arábia Saudita sob a Casa de Saud e sua aliança com os Estados Unidos. No subcapítulo 2.2 será analisado de forma panorâmica o Oriente Médio durante a Guerra Fria entre a União Soviética e os Estados Unidos. No Irã será visto como ocorreu o alinhamento com o ocidente devido à Crise do Irã de 1946 e o Golpe de 1953. Como o movimento de descolonização e derrota dos países árabes na guerra contra Israel leva ao crescimento de ideologias anti-ocidentais como o Pan-Arabismo e, principalmente, o Islamismo, além da “Guerra Fria Árabe”: a rivalidade entre os países pan-arabistas e as monarquias tradicionalistas e como ela influenciou a formação da política externa saudita. O subcapítulo 2.3 vai então mostrar a Revolução Islâmica: o começo dos movimento anti-á, a revolução propriamente dita, como a classe clerical se tornou a liderança do movimento revolucionário, a Guerra Irã-Iraque e a formação e consolidação da República Islâmica do Irã. O subcapítulo 2.3.2 mostrará como se deu a quebra das relações entre a nova república islâmica e o reino saudita, expondo incidentes entre as duas nações e a germinação do conflito Irã-Arábia Saudita. Finalmente, o subcapítulo 2.4 vai estudar a Primavera Árabe sob a perspectiva da rivalidade entre Teerã e Riade, as reações dos dois lados para a onda de protestos, com o foco em Bahrein, Síria e Iêmen, onde os elementos sectários fortes nesses país empurram a Riade e Teerã a intervirem, mostrando quais interesses os dois demonstram nesses países.

O Capítulo 3 versará sobre guerras de procuração no conflito Irã-Arábia Saudita. Partindo de um estudo da teoria de guerras de procuração baseado em Mumford (2013), vendo por quais motivos travar guerra de procuração e como travá-las. No capítulo 3.1 será visto como Teerã e Riade usam esses métodos em exemplos históricos e contemporâneos. E, finalmente, no capítulo 3.2 será feito um estudo de casos da Guerra da Síria, usando as lições aprendidas sobre guerras de procuração.

O trabalho conclui indicando que as hipóteses formuladas são corroboradas pelo estudo, tendo em vista o histórico das relações Riade-Teerã e o modelo de guerra por procuração empregado por esses atores. Também procede-se avaliando quais as principais

observações depreendidas de cada capítulo, além de questões relevantes que podem ser utilizadas para condução de estudos futuros.

2 Contextualização Histórica

2.1 O estabelecimento da dinastia Pahlevi no Irã e do Reino da Arábia Saudita

Tanto Irã quanto Arábia Saudita estão inseridos no contexto histórico do Oriente Médio, possuindo uma história longínqua. Entretanto, o conflito atual traça a sua origem, indicando para acontecimentos do início do século XX: o estabelecimento da dinastia Pahlevi no Irã, que causaria as condições para a Revolução Islâmica, e a unificação da Península Arábica sob a casa de Saud.

2.1.1 O estabelecimento da dinastia Pahlevi no Irã (1925)

O evento definitivo do Irã moderno é a Revolução Islâmica de 1979, entretanto, para entender o processo que se desenrolou é preciso antes entender o regime que o antecedeu, a dinastia Pahlevi. A dinastia Pahlevi tomou o estado Iraniano das mãos dos Cajaros e começou um complicado e conturbado processo de modernização do estado iraniano, marcado por forte autoritarismo e complicadas relações com potências externas, em especial o Reino Unido e a União Soviética.

O Irã é uma das civilizações mais antigas do Oriente Médio e do mundo, o primeiro grande estado que unifica a região é o Império Medo em 678 a.C, mas só em 550 a.C Ciro o Grande derrota e conquista os Medos e se torna o primeiro “Xá” (Rei), fundando o Primeiro Império Persa sob a dinastia Aquemênida. O Império era uma força expansiva, criando um estado com estrutura política centralizada, administração burocrática, uma sociedade multicultural e um território que em seu auge se expandia dos Balcãs e Egito até o Rio Indo e a Ásia Central. O Império Aquemênida foi conquistado por Alexandre o Grande, e sucedido pelo Império Selêucida (312-129 a.C), o Império Parta (247 a.C-224 d.C) e o Império Sassânida (224 d.C-651 d.C), esta foi a última dinastia antes da conquista muçulmana da Pérsia.

A Pérsia só voltaria a ser governada por uma dinastia Iraniana em 861, e em 1501 é estabelecido o Império Safávida. Essa dinastia foi importante para a formação do estado iraniano moderno. Segundo Mathee (2008) foram estes os responsáveis por unificar a maior parte da Pérsia sobre um controle político unificado, dominando os territórios próximos

às fronteiras atuais do Irã. Mais importante para o Irã moderno, entretanto, foi sob essa dinastia que foi feito o processo de conversão da Pérsia do Islã Sunita para o Islã Xiita. Mais especificamente para o ramo do xiismo dos “Doze Imãs” ou xiismo *duodecimano*. Essa vertente tem esse nome por acreditarem que doze imãs sucederam a Ali. Esses sucessores são infalíveis, sem pecado e tem autoridade político-espiritual divinamente apontada, passando de pai para filho. O décimo-segundo Imã foi “ocultado” e há de retornar como o *Mahdi*, figura messiânica do islã, até lá devem seguir as autoridades clericais locais (KERR, D., 1996). Segundo Kerr (1996) é o ramo mais popular do xiismo, sendo seguido atualmente por 90% da população do Irã e 85% de todos os xiitas.

Em 1789 a tribo túrquica de origem azeri, os Cajares, tomou o poder com o Khan Agá Maomé sendo coroado Xá. A dinastia Cajar liderou a Pérsia durante o século XIX até o início do século XX. Durante esse período de tempo, a região se tornou central no “Grande Jogo”, uma rivalidade entre Reino Unido e Rússia pela supremacia do controle da Ásia Central durante o século XIX. Ambos países submeteram os Cajares sob vários tratados, à dependência econômica e a concessão de territórios, a política interna ficou dividida entre apoiadores e representantes dos Russos e dos Britânicos (ABRAHAMIAN, 2018).

Uma das principais formas de domínio econômico, e que se tornaria elemento central nas disputas do Século XX e XXI, é o petróleo. Prospecções começaram em 1901 com uma concessão dada pelo Xá Mozafaradim para o Inglês William D’Arcy, ficando conhecida como “Concessão D’Arcy”. Em 1908 foi encontrado petróleo no Cuzistão e em 1909, D’Arcy, a companhia escocesa *Burmah Oil* e o governo Persa fundaram a *Anglo-Persian Oil Company* (APOC). Em 1914 o governo britânico comprou 53% das ações da companhia, uma decisão capitaneada por Winston Churchill, na época chefe da Real Marinha, para a independência das fontes de combustível do Reino Unido. Como controlador da APOC, o governo britânico poderia comprar petróleo a preços baixíssimos, com pouco dinheiro retornando à Pérsia (CUNO, 2014). A disputa entre o controle da APOC entre o Reino Unido e o Irã se tornaria central posteriormente na política iraniana, no golpe da década de 50, e um dos catalisadores para a Revolução Islâmica.

Segundo Abrahaiman (2018), o estado Cajar era fundamentalmente feudal, dividido entre um arranjo de chefes tribais, líderes religiosos e figuras aristocráticas. O governo central era limitado à realeza e sua corte, e o processo de modernização do país ainda era limitado. No final do século XIX e começo do século XX, foi visto o surgimento de uma pequena classe média, que era abastada e educada na Europa, trazendo muitos conceitos que quebravam com a sociedade tradicional iraniana, como direitos naturais, liberalismo,

nacionalismo, e até socialismo. A humilhação que os Cajares haviam sofrido como resultado da influência externa, corrupção, ineficiência, crise econômica e inflação causada pelo mau governo dos Cajares, além de novas ideias propulsionadas pela nova classe média, entraram em ponto de ebulição e resultaram na revolução em 1906 com o estabelecimento de um parlamento (o chamado “*Majlis*”). Foi elaborada uma constituição, baseada na belga, assinada pelo Xá Mozafaradim. Abrahamian (2018) nota que uma das características mais notáveis foi o estabelecimento dos artigos 1 e 2, que estabeleciam o Islã Xiita como religião oficial, excluindo cargos políticos para não-xiitas, e estabelecendo um conselho de clérigos que deveriam aprovar todas as leis.

Entretanto, o sucessor de Mozafaradim, Xá Maomé Ali, revogou a constituição de 1908 resultando em um período de conturbações. Maomé Ali foi obrigado a abdicar a favor do seu filho, Amade, e restabelecer a constituição. Xá Amade, no entanto, não foi capaz de governar o país efetivamente, sua gestão foi marcada por instabilidade política e econômica.

O fim da dinastia Cajar veio em 1921, liderado pelo general Reza Pahlevi. Sua mãe era uma imigrante muçulmana da Geórgia (que tinha sido cedida ao Império Russo) e seu pai era um oficial no exército da etnia Mazandaran, que morreu em 1878, quando Reza tinha oito meses. Quando adolescente, se juntou à Brigada Cossaca, uma unidade criada em 1878 que era baseada nas unidades de cavalaria cossacas do Império Russo, inicialmente, possuindo oficiais russos que treinavam e lideravam um contingente de iranianos. A Brigada Cossaca acabou se tornando uma das principais forças de elite do Império Persa, tendo papel importante na política interna iraniana. Reza Pahlevi galgou as patentes da brigada, finalmente alcançando o posto de general de brigada (ABRAHAMIAN, 2018).

Na década de 1910, o Irã participou indiretamente da Primeira Guerra Mundial, com o Império Russo e Reino Unido ocupando o país para atacar o Império Otomano, que estava invadindo o Azerbaijão persa, e depois o país se tornou um front da Guerra Civil Russa, com a União Soviética estabelecendo e apoiando uma rebelião socialista no norte do país. Diante da total incapacidade dos Cajares de controlar o país, em 1921 Reza Pahlevi lidera a Brigada Cossaca e dá um golpe de estado, assumindo como chefe de governo. Ele negocia com ambos britânicos e soviéticos para terminar as ocupações e em 1925 o Majlis declaram-no Xá, e sua coroação é feita em 1926 (ABRAHAMIAN, 2018).

Segundo Abrahamian (2018), sob seu comando, Xá Reza Pahlevi começou um extenso programa de modernização do país, construindo uma burocracia estatal, criando ministérios novos e uma grande administração pública, as forças armadas foram expandidas, visto que eram um dos seus pilares de poder. O seu governo introduziu uma série de medidas

sociais que visavam a aproximar do ocidente, como proibir roupas “tribais” ou o véu feminino (o *hijab*). Por outro lado, Abrahamian (2018) também nota que era um governo bastante autoritário, pois Reza Xá transformou o *Majlis* em um fantoche, perseguia oponentes e críticos políticos de seu regime.

Uma das mudanças mais visíveis introduzidas por Reza Xá foi um movimento para trocar o nome internacional de “Pérsia” para “Irã”. “Pérsia” é um endônimo usado no ocidente de origem grega, que deriva da província de Fars, enquanto “Irã” é o termo exônimo usado pelos povos que ali vivem. Abrahamian (2018) argumenta que também há motivos raciais, já que a etimologia de “Irã” deriva da palavra “ariano”, e na época as teorias racialistas sobre a suposta “raça ariana” estavam em voga, inclusive o primeiro governo estrangeiro a ser avisado da mudança foi a Alemanha Nazista, Reza Xá queria trazer essa conexão, “uma circular do governo explicou que enquanto “Pérsia” estava associada a Fars e a decadência Qajar, “Irã” invocava as glórias e berço dos antigos Arianos.” (ABRAHAMIAN, 2018, p. 149). Como consequência, a APOC foi renomeada para *Anglo-Iranian Oil Company* (AIOC) (CUNO, 2014).

Um importante evento para a dinastia Pahlevi, durante a Segunda Guerra Mundial, o Irã acaba se tornando mais uma das frentes. As relações Irã-Reino Unido haviam sido tensas por um tempo, desde 1931 quando a concessão D’Arcy, que dava exclusividade para a APOC exploração de petróleo, havia sido cancelada, além do estado de Reza Xá ter sempre tido relações frias com a União Soviética. Apesar do Irã ter declarado neutralidade, o Reino Unido e a União Soviética estavam apreensivos que o Irã pudesse se alinhar com o Eixo. Em 1941 ambos países lançam uma invasão conjunta contra o Irã, as forças iranianas são rapidamente derrotadas e o país é dividido em duas zonas de ocupação, sul pela Grã-Bretanha e norte pela URSS, em um arranjo similar ao do “Grande Jogo” do Século XIX (ABRAHAMIAN, 2018). Segundo Abrahamian (2018) a invasão acabou servindo para dois objetivos: garantir petróleo e criar uma rota para mandar suprimentos para a URSS, o “Corredor Persa”. Reza Xá foi obrigado a abdicar do trono, morrendo em exílio, sendo sucedido por seu filho Mohammed Reza Pahlevi.

Assim, a dinastia Pahlevi tomou controle de um estado decadente e fraco, controlado por potências exteriores. O processo de modernização foi duro e autoritário, deixando uma grande parte da população marginalizada e descontente, foi incapaz de confirmar a independência e soberania do Irã, especialmente em face aos soviéticos e britânicos e de capitalizar os lucros das explorações de petróleo, que estavam sob o controle do governo britânico via a APOC.

2.1.2 O estabelecimento do Reino da Arábia Saudita (1930)

Diferente do Irã, o estado que cobre a maioria da península Arábica, o Reino da Arábia Saudita, é uma unidade política recente. O reino foi formado sob a unificação das várias tribos e estados da dividida arábia central. Apesar de estar geograficamente limitado a vastos desertos, a família real que a governa, a Casa de Saud, foi capaz de criar um estado moderno, com uma economia robusta baseada no petróleo e com significativa influência internacional.

O povoamento da península arábica é de longa data, sendo formada por pequenas populações sedentárias, vivendo principalmente nas regiões do oeste (Hijaz e Assir) e grandes populações nômades, os beduínos. Apesar de ser desértica, a península se tornou próspera devido ao comércio de mirra e incenso, além de ser rota de comércio de onde vinham as especiarias da Índia. Entretanto, nunca havia sido unificada sob uma única unidade política ou conquistada por outro império estrangeiro até a ascensão do Islã (WYNBRANDT, 2010).

O evento fundamental da história da região foi a ascensão do Islã. De acordo com a tradição, o islã começa com a figura de Maomé, nascido na cidade de Meca em 570, ele era parte da clã Banu Hashim da tribo dos Caxemitas. Logo jovem se tornou um mercador, fazendo expedições até a Palestina e a Síria. Assim, teve contato com o monoteísmo, que além da grande presença do Cristianismo, Judaísmo, Zoroastrismo e Maniqueísmo na península arábica, influenciando e tornando Maomé apoiador dessa filosofia religiosa, embora vivesse em uma região com uma grande tradição politeísta também. Segundo Wynbrandt (2010), ele se declarava parte de um grupo chamado “Hanif”, que afirmava continuar o monoteísmo puro de Abraão. Maomé teria tido uma revelação em uma caverna perto de Meca, onde lhe teria sido revelado o Al-Corão, que serviria de base para o Islã, a religião que completaria a mensagem das outras religiões abraâmicas (WYNBRANDT, 2010).

Os ensinamentos novos de Maomé atraíram seguidores, mas provocaram a ira das famílias nobres de Meca. Maomé fugiu para a cidade de Medina, onde consolidou sua base de apoio, e com um pequeno exército retornou para Meca e conquistou a cidade, dali derrotou uma coalizão de tribos que havia se unido para o impedi-lo e continuou suas conquistas,

eventualmente unificando grande parte da Arábia sob seu comando e religião (WYNBRANDT, 2010).

Após a sua morte em 623, ficou em aberto a questão da sucessão. Por votação foi escolhido Abacar, que era sogro de Maomé e um de seus companheiros mais próximos, sendo dado para ele o título de “Califa” (Sucessor) que governaria o império de Maomé e a religião muçumana. Entretanto, há ainda a afirmação que Maomé teria declarado como sucessor Ali, seu primo e genro. Desse controvérsia vem a gênese da separação entre Xiitas e Sunitas. O primeiro grupo acredita que Ali foi escolhido como sucessor por Maomé e que há uma linha de “imãs” divinamente guiados e infalíveis, descendentes familiares de Ali que lideram o “Umma” (a “comunidade” muçulmana). Os Sunitas, por sua vez, afirmam que o “Umma” escolheu os quatro primeiros califas (no qual Ali é o quarto) por consenso para interpretar a lei islâmica. Por consequência, os grupos vão ter hadiths¹ e calendário de comemorações diferentes, como a celebração de Ashura, comemorada apenas por xiitas, e vão seguir autoridades clericais diferentes (KERR, D., 1996). A divisão Xiita-Sunita se tornou principalmente um embate político mais que teológico, e influencia até hoje nas divisões do Oriente Médio moderno.

O Califado que sucedeu a Maomé durou apenas 25 anos, mas foi bastante expansionista, chegando até o norte da África, Anatólia e conquistando a Pérsia. Foi sucedido pelo Califado Omíada onde chegou em sua máxima extensão da Espanha até a Ásia Central, e pelo Califado Abássida. As invasões dos Seljuques, Mongóis e Mamelucos acabam por destruir os impérios árabes. Partes da península arábica, principalmente a região do Hijaz no oeste, onde fica Meca e Medina, e as províncias do Golfo Pérsico no leste, são conquistadas pelo Império Otomano no século XVI. O interior da península Arábica era nominalmente leal ao império, mas na prática era dividido entre tribos beligerantes (WYNBRANDT, 2010).

No interior da Península Arábica, na região central do Najd, uma dessas regiões fora do controle Otomano, havia uma pequena cidade chamada de Daria. Em 1744 após uma série de lutas pelo poder e lutas inter-familiares, o título de Emir de Daria passa às mãos de um ambicioso guerreiro chamado Muhammad bin Saud. Em alguns quilômetros ao norte no vilarejo de al-Uyayna surgiu um pregador chamado Mohammed ibn Abd al-Wahhab, Wahhab era um clérigo que, segundo Wynbrandt (2010), estava cansado das práticas “hereges” e “pagãs” que inundaram a Arábia, como adoração de santos, veneração a objetos e lugares, pregando um “retorno” ao islã mais puro. Wahhab se mudou para Daria onde se tornou uma

¹ Conjunto das tradições das ações e palavras de Maomé. Os hadiths constituem a maior autoridade após o Corão para a formação da lei islâmica, a *Sharia*.

figura popular e logo se tornou próximo a bin Saud, e os dois formaram uma aliança. Segundo Wyndbradnt (2010, p.117) “Os dois homens compartilhavam a visão de um estado islâmico independente baseado em uma fé simples e austera. Ao longo de cerca de 75 anos sua mensagem e poder conquistaram a Arábia, forjando um reino politicamente unido.”

O estado estabelecido pela família Saud e guiada pelo islã de Wahhab conseguiu unir as tribos Arábia Central sob o comando da família Saud, conquistando a Arábia Oriental, e até conquistando a região Ocidental (Hejaz), adquirindo Meca e Medina. Os Wahhabis chegaram até a atacar e saquear a cidade de Karbala no Iraque, sagrada para os xiitas. Entretanto, como diz Wynbrandt (2010, p. 137): “No final das contas, a Arábia provou ser grande demais para Daria governar”. Em 1811 Império Otomano mandou o vice-rei do Egito, Maomé Ali, atacar e destruir o estado saudita, tomando de volta o controle do Hejaz para o Império Otomano. A Guerra Otomano-Wahhabi resulta em vitória decisiva para as forças de Maomé Ali, sitiando Daria e resultando na execução do Emir Abdullah bin Saud em 1818 (WYNBRANDT, 2010).

Após a guerra, a casa de Saud foi reduzida a um pequeno estado remanescente. Em 1824 sob comando do novo Emir Turki al Saud, os sauditas reconquistam a cidade de Riade, que se torna a nova capital do novo estado saudita. O Segundo Estado Saudita continuou governando a Arábia Central sob um território menor, menos expansionista, e segundo Wynbrandt (2010), menos fanático. Também foi nesse período que entrou em fricção com os britânicos, que transformaram os xeiques da parte oriental da península arábica, Bahrein, Qatar, e os “Xeiques em Trégua” (atual Emirados Árabes Unidos) em protetorados (WYNBRANDT, 2010).

Além de estados estrangeiros, os sauditas também tiveram um rival local, a casa de Al Rashid, que disputou o controle da península, formando o Emirado de Jabal Xamar. Em 1891 trouxeram o fim ao Segundo Estado Saudita após os derrotarem e conquistarem Riade, e os Otomanos voltaram a controlar o Hejaz. Os Sauditas foram exilados para o Kuwait, protetorado britânico, e em 1903 os Sauditas, liderados por Abdulaziz ibn Saud, reconquistaram Riade após um ataque surpresa. Ali começava o Terceiro Estado Saudita e o início da campanha de unificação da Arábia. Ibn Saud foi também ajudado por um exército de nômades beduínos wahhabistas, os chamados Ikhwan (WYNBRANDT, 2010).

Com o início da Primeira Guerra Mundial, o Oriente Médio se tornou mais uma das frentes da guerra após o Império Otomano se juntar às potências centrais. De acordo com Wynbrandt (2010), o estado Saudita, que já estava engajando os Otomanos e seu estado cliente de Jabal Xamar, foi reconhecido pelos britânicos como o “Emirado de Nejd” e

começou a receber seu apoio. Em 1916 com apoio Britânico, o Reino do Hejaz, liderado pelo ex-Xarife de Meca, Hussein da casa dos Hachemitas, havia começado a revolta árabe, com o objetivo de liberar o Oeste (Hejaz) do controle Otomano e posteriormente criar um estado pan-árabe que iria cobrir os ex-territórios otomanos árabes. Ibn Saud não se juntou à revolta Árabe por antipatia aos Hachemitas, preferindo concentrar seus esforços em destruir Jabal Xamar (WYNBRANDT, 2010).

Ao invés de se tornarem parte do Reino de Hejaz, Wyndbrandt (2010) nota que a maioria dos territórios árabes do Império Otomano se tornaram “mandatos” britânicos e franceses, além de ter sido prometido uma pátria judaica na Palestina. A quebra das promessas colocou os Hachemitas em confronto com os britânicos. Os sauditas, agora aliados dos britânicos, avançam sobre o oeste, conquistando o Reino de Hejaz e consolidando a maioria da Península Arábica sob seu comando, formando o Reino de Hejaz e Nejd. Finalmente em 1927, os Ikhwan lançam uma revolta que é suprimida, agora com o poder consolidado e o seu estado reconhecido e protegido internacionalmente, Ibn Saud declara os reinos de Hejaz e Nejd unificados, formando assim o Reino da Arábia Saudita em 1932.

Wyndbrandt (2010) afirma que o novo reino era pobre e subdesenvolvido, dependendo das arrecadações dos peregrinos que iam para Meca no *Hajj*². Entretanto, como afirma Anderson (1981, p. 9), “a depressão mundial também afetou os muçulmanos, e a receita dessas fontes diminuiu seriamente no início da década de 1930”. Anderson (1981) traça o início da indústria petrolífera começando pelas ambições dos Estados Unidos, que procuravam uma fonte própria de petróleo, já que o Reino Unido havia conseguido exclusividade para as fontes de petróleo no Irã e Mesopotâmia. “Estava claro que fontes de receita adicionais eram imperativas, e foi nesse contexto que a notícia chegou a Riade sobre a descoberta de petróleo no reino adjacente de Bahrein” (ANDERSON, 1981, p. 9). A companhia que conseguiu concessão na Arábia Saudita foi a Standard Oil of California (SoCal, futura Chevron), a mesma que havia achado petróleo em Bahrein, e em 1932 começou a explorar a Arábia Saudita, achando petróleo em Darã em 1936, em 1938 vastos campos de petróleo foram descobertos no leste da Arábia Saudita. A SoCal criou uma subsidiária para explorar petróleo na região, a California-Arabian Standard Oil (CASOC), que também seria formada por outra companhia petroleira, a Texas Company (Texaco). Anderson (1981, p. 26) ainda nota que “pode ser observado que o governo americano não desempenhou nenhum papel na concessão saudita original; não havia nem mesmo um cônsul americano designado para o país até 1942.”

² A peregrinação obrigatória para Meca.

A companhia logo se provou lucrativa e os vastos campos de petróleo da Arábia Saudita se mostraram estratégicos para o esforço de guerra estadunidense durante a Segunda Guerra Mundial. A produção petrolífera aumentou exponencialmente, e em 1943 a CASOC foi renomeada para American-Arabian Oil Company (Aramco) (ANDERSON, 1981). Em 1945, em meio a Segunda Guerra Mundial, o Presidente dos Estados Unidos Franklin Roosevelt se encontrou com o Rei Abdulaziz, evento que estabeleceu a base das relações futuras entre os dois países (WYNBRANDT, 2010).

Diferente do Irã, a Arábia Saudita acabou conseguindo um negócio melhor com a divisão de lucros. Como diz Anderson (1981, p. 203), a Aramco era “uma organização de produção altamente competente, auto suficiente e cada vez mais assertiva que se dava excepcionalmente bem com Abdulaziz”, enquanto isso a Arábia Saudita apoiou e protegeu fortemente a Aramco e construiu relações com os EUA. Essas boas relações entre Aramco, o governo saudita e americano, além da dependência americana ao petróleo (e a ameaça de nacionalização) permitiram o Rei Abdulaziz negociar em 1950 a partilha de lucros metade-metade entre o governo saudita e a Aramco (ANDERSON, 1981).

Em conclusão, o Reino da Arábia Saudita foi formado pela liderança pessoal da Casa de Saud, o estado sendo quase uma extensão da família real, e ao mesmo tempo foi guiada pelo Wahhabismo, uma vertente mais radical do Islã Sunita. Para desenvolver o estado, a Arábia Saudita ultrapassa os obstáculos de sua geografia pelo desenvolvimento da indústria petrolífera que explora as vastas reservas de petróleo do país. O desenvolvimento dessa indústria foi capitaneada por empresas estadunidenses, o que cria fortes laços entre Arábia Saudita e Estados Unidos, tornando-se aliados e o reino passa a ser um representante dos EUA na região.

2.2 O Oriente Médio como front da Guerra Fria entre EUA-URSS e a Guerra Fria Árabe (1952-1979)

Como visto, o Oriente Médio se tornou uma região essencial para o esforço de guerra dos aliados durante a Segunda Guerra Mundial. O pós-guerra trouxe uma nova configuração na ordem mundial, que viu os Estados Unidos e a União Soviética, apoiado por países alinhados (no qual o Reino Unido estava com os EUA) engajados em uma disputa política, a Guerra Fria. O Oriente Médio, assim como o resto do mundo, ficou submisso a essa nova ordem mundial.

Como mostrado por Anderson (1981) e Wynbrandt (2010) a Arábia Saudita foi de uma nação isolada para ter um papel-chave na questão logística e na cadeia de suprimentos, abrindo-se para o mundo e estreando como um *player* no cenário internacional.

O Irã, por outro lado, virou mais uma das frentes da Segunda Guerra Mundial. Como visto anteriormente, o Irã foi invadido por uma coalizão Anglo-Soviética como forma de garantir o suprimento de petróleo e uma rota de suprimentos.

Esses episódios demonstram como o Oriente Médio havia se tornado um eixo importante no cenário internacional. A análise de Citino (2019) nota que ao estudar o Oriente Médio em um contexto de Guerra Fria:

Essa rivalidade também afetou a região de maneiras complexas. Compreender como exige lidar com a história "mais ampla e profunda" do Oriente Médio e seguir os fios que conectam a era da Guerra Fria aos conflitos do século XIX sobre reforma e modernidade, desenvolvimento econômico, imperialismo e sionismo. (CITINO, 2019, p. 1)

Assim, o Oriente Médio durante a Guerra Fria estava passando por mudanças e disputas que iam além do conflito ideológico EUA-URSS, mas também da descolonização do terceiro mundo e para Citino (2019) até de industrialização, chamando a atenção sobre como havia os debates internos dos países da região sobre "a promoção de economias abertas ou a proteção interna mercados." (Citino, 2019, p.5)

O Irã no ano seguinte à Segunda Guerra Mundial já acabou sendo um dos primeiros fronts da Guerra Fria. Como foi mencionado antes, o Irã havia sido invadido e ocupado por uma coalizão Anglo-Soviética como forma de manter o suprimento de petróleo e rota logística para a URSS. Quase imediatamente após o fim da guerra mundial e a quebra das relações entre as potências ocidentais e a União Soviética, o Irã estava agora dividido entre duas diferentes potências. Como narra Rossow (1956) enquanto os aliados começavam a se retirar como prometido, a URSS se recusou a retirar suas forças, ao em invés disso os soviéticos reforçaram o contingente militar na região e apoiaram uma rebelião na província iraniana do Azerbaijão Oriental, criando um governo-fantoches, a República Popular do Azerbaijão, enquanto rebeldes pró-soviéticos curdos no estado vizinho do Azerbaijão Ocidental declararam a República de Mahabad. Parecendo que a União Soviética estava prestes a invadir o resto do Irã, os Estados Unidos intervêm diplomaticamente e fazem pressão à URSS e apoiam o Irã, finalmente após uma série de negociações, a União Soviética se retira, mas não sem algumas concessões comerciais, e as repúblicas rebeldes desabam sob as forças armadas iranianas (ROSSOW, 1956).

Para Rossow (1956), Chubin (1997) e Takeyh e Simon (2016) esse evento pode ser considerado o primeiro verdadeiro evento da Guerra Fria, já que é o primeiro embate político entre as duas superpotências por meios políticos e por *proxies*. Além de ser um dos principais fatores que resultam no desenvolvendo em uma doutrina anti-expansionismo soviético, a Doutrina Truman, que passa a definir a Guerra Fria (TAKEYH; SIMON, 2016). Como Chubin (1997) também aponta, foi um evento essencial para definir a política externa do Irã até 1979, já que a hostilidade apresentada pela União Soviética acabou empurrando Mohammed Reza Xá a se alinhar ao Ocidente.

Em 1945, [o Irã] teve de escolher entre buscar a proteção de um Estado distante amigo ou correr o risco de ser anexado por um vizinho hostil. O Irã escolheu um alinhamento informal com o Ocidente. Isso garantiu sua segurança contra agressões externas; mas o corolário disso foi o fortalecimento do estado sob o Xá. (CHUBIN, 1997, p. 216)

A importância do Irã como teatro da Guerra Fria se confirma em outro notável incidente em 1953, o golpe do Xá. A remoção de Reza Xá em 1941 limitou os poderes do Xá e abriu espaço para o *Majlis* se tornar o principal poder legislativo e executivo, ou seja, o Irã havia se tornado uma monarquia parlamentarista. Como aponta Abrahamian (2018), isso resultou no crescimento e eleição de um movimento nacionalista, conhecido como a Frente Nacional, cabeceado pelo carismático Mohammed Mossadegh, popular especialmente com a nascente classe média. Ele pregava uma reforma na maneira que o Irã se relacionava com as potências externas, com maior independência das grandes potências e revisão dos tratados desiguais. Em 1951 foi eleito primeiro-ministro, liderando uma série de reformas sociais e políticas, mas mais notável foi seu movimento para nacionalização do petróleo nacional (ABRAHAMIAN, 2018).

A AIOC foi nacionalizada, o que gerou imediatamente uma reação do Reino Unido e uma crise diplomática entre os dois países. O Reino Unido retaliou com um bloqueio econômico do país, enquanto que, segundo Abrahamian (2018) tentava negociar um acordo, oferecendo 50% e até 60% dos lucros aos iranianos, desde que os britânicos mantivessem o controle da companhia. O Reino Unido conseguiu convencer o Estados Unidos a ajudar e coordenar uma campanha contra Mossadegh, houve muita preocupação que Mossadegh também se alinharia com a União Soviética por seu posicionamento anti-ocidental, mas a maior preocupação era assegurar o petróleo iraniano, como afirma Abrahamian (2018, p. 180) “O golpe de 1953 foi frequentemente descrito como uma operação da CIA para

salvar o Irã do comunismo internacional. Na verdade, foi um empreendimento conjunto britânico-americano para preservar o cartel internacional do petróleo”.

O MI6 (SIS), a agência de inteligência britânica, e a CIA, agência de inteligência estadunidense, com aval do Presidente Eisenhower e do Primeiro-Ministro Winston Churchill, organizaram a “Operação Ajax”. O Golpe de 1953 foi liderado pelo Tenente-General Fazlollah Zahedi, que liderou uma facção do exército imperial que tomou a capital, Mohammed Reza Xá, em exílio e se escondendo em Bagdá, assina um decreto que remove Mossadegh de seu cargo e declara Zahedi como primeiro-ministro. Após o golpe, Reza Xá começa a reforçar sua base e poder político, se tornando uma figura autoritária, preparando o terreno para a Revolução de 1979 (ABRAHAMIAN, 2018). Além disso, segundo Coggiola (2007), o sucesso da Operação Ajax serve de base para os Estados Unidos tentarem operações semelhantes ao redor do mundo, como Guatemala, Cuba e Nicarágua.

Indo para fora do Irã ao Oriente Médio, o mundo árabe é dividido por duas arenas políticas que Sayigh e Shlaim (1997) definem sendo o Conflito Árabe-Israelense e a Guerra Fria Árabe, que interagem com a Guerra Fria Estadunidense-Soviética. Para Sayigh e Shlaim (1997) a Guerra Fria no Oriente Médio deve ser estudada nesses dois diferentes níveis e também as suas interações.

A principal zona de conflito que se desenvolve na região após a Segunda Guerra Mundial é na Palestina. Como consequência do Holocausto, o genocídio das populações judaicas da Europa pela Alemanha Nazista durante a Segunda Guerra, houve um aumento de simpatia com a ideia de estabelecer um estado próprio para os judeus. A ideia já havia sido debatida anos atrás, como visto anteriormente, o próprio Reino Unido (no qual a Palestina havia se tornado um protetorado) já havia dado os primeiros passos estabelecendo populações judaicas na região, o que já havia gerado uma reação negativa do mundo árabe, principalmente de seus aliados Hachemitas do Reino de Hejaz, e durante esse tempo já havia confrontos entre os palestinos árabes e os colonos judeus dentro da Palestina.

Em 1948, a ONU aprova a partilha da Palestina britânica em dois estados: um judaico (Estado de Israel) e um árabe (Estado da Palestina). Imediatamente os conflitos interétnicos que já vinham ocorrendo se tornam uma guerra entre os dois estados nascentes, os estados árabes, que tinham oposto a partilha dentro da ONU, fazem uma coalizão e invadem o território israelense. Apesar do estado israelense estar cercado por forças hostis em todos os lados, conseguem retaliar e garantir a sua independência, além de consolidar sua vitória anexando territórios que eram destinados aos árabes palestinos, enquanto a Jordânia e Egito

anexaram o resto do território Palestino, a Cisjordânia e Gaza respectivamente (TAKEYH; SIMON, 2016).

Em um contexto de Guerra Fria, Takeyh e Simon (2016) afirmam que o apoio e interferência de ambos Estados Unidos e União Soviética durante a guerra de 1948 foi notavelmente reservado, os EUA estavam cautelosos que poderiam provocar os países árabes a se alinharem a URSS, esse que também tentou ficar neutro, esperando assim ter mais espaço para manobras políticas posteriormente.

Como narra Gerges (2018), a falha dos países árabes foi humilhante, servindo como um catalisador para grandes mudanças ao *status quo* da política na região, os antigos regimes haviam sido desacreditados, dando capital político a novos movimentos que haviam surgido na região, principalmente o islamismo e pan-arabismo.

Em 1952 no Egito, o “Movimento dos Oficiais Livres”, uma organização de cunho nacionalista dentro das forças armadas egípcia, cabeceada pelo Coronel Gamal Abdel Nasser e General Mohamed Naguib, derrubaram a monarquia egípcia, instaurando uma república. Naguib é o primeiro presidente por um ano, sendo sucedido pelo Nasser, que continuaria a governar o Egito até 1970 (GERGES, 2018).

A revolução egípcia foi influenciada inicialmente pelo nacionalismo árabe que havia causado a revolta árabe do Reino de Hejaz, mas como nota Kerr (1967), é também importante mencionar que também foi guiado pelo anticolonialismo, se opondo à influências e controle externo do Egito e do mundo árabe. A nova república de Nasser é guiada por uma nova ideologia desenvolvida a partir desse pensamento, que segundo Kerr (1967), é formada por um anticolonialismo terceiro-mundista, a missão de unir todos os povos árabes sob um único país, e uma forma de socialismo revolucionário - apesar de Gerges (2018) e Takeyh e Simon (2016) esclarecem que o socialismo nasserista não se alinhava com o marxismo-leninismo soviético. Essa nova ideologia foi denominada de Pan-Arabismo.

O islamismo, por outro lado, é um movimento social e ideológico, multifacetado e complexo, que considera que o Islã transcende os limites da religião, constituindo-se também em um sistema político e econômico (OSMAN, 2016). Um dos principais fundadores da ideologia islamista é a Irmandade Muçulmana no Egito, fundada em 1928 pelo clérigo Hassan al-Banna como um movimento social e político que tinha o objetivo similar de livrar o Egito da influência e controle de potências externas e ocidentais, o diferencial da Irmandade Muçulmana era uma ideologia toda fundamentada no Islã e seus ensinamentos, e posteriormente também no pan-islamismo, fazendo se tornarem organização supranacional (GERGES, 2018).

A figura fundamental para a formação do islamismo foi o influente teólogo e ideólogo Sayyid Qutb, sua filosofia política era uma reação contra as ideologias ocidentais que ele considerava “materialista”, afirmando que o islã deveria servir como pedra fundamental na direção social e política não apenas do Egito, mas do mundo islâmico. “Qutb pregava que o Islã deveria ser adotado tanto como um modo de vida quanto como um sistema de governo, não apenas confinado a uma esfera privada de adoração” (GERGES, 2018, p. 139). Qutb ainda, argumentava que para implementar essa visão do islã, seria necessária uma “jihad ofensiva”, ou seja, valer da violência contra seus oponentes. Segundo Gerges (2018) essa ideia é o germinador intelectual do islamismo violento, também conhecido como jihadismo, que inspiraria grupos radicais durante o resto do século 20 e 21, como a Al-Qaeda e o Estado Islâmico.

Inicialmente a Irmandade Muçulmana e seu islã político tiveram influência limitada, mas cresceram em importância, ajudando o Movimento dos Oficiais Livres na Revolução de 1952, mas logo encontrando uma rivalidade com o secularismo de Nasser e dos Pan-Arabistas. Nasser e seu regime autoritário perseguiram a Irmandade Muçumana, resultando em uma tentativa de assassinato de Nasser em 1954 e em retaliação, a prisão de Qutb em 1964 e sua execução em 1966 (GERGES, 2018).

Nasser se tornou extremamente popular na região depois de sua vitória após a Crise do Canal de Suez em 1956. Que não apenas resultou na nacionalização do canal, como o apoio de tanto Estados Unidos quanto União Soviética contra a aliança franco-britânica aceleraram o movimento anti-colonialista no Oriente Médio (GERGES, 2018). Assim, o pan-arabismo de Nasser se tornou popular na região, inspirando movimentos semelhantes na região, como a fundação do partido Baath na Síria em 1952, esse sendo um partido que misturava o nacionalismo árabe com o socialismo. A popularidade do Partido Baath na Síria e do Nasser no mundo árabe resultou em uma união entre o Egito e a Síria, a República Árabe Unida (RAU) em 1958. No mesmo ano, no Iraque, uma revolução inspirada no Egito assassina o Rei Faisal dos Hachemitas (a mesma família real da Jordânia e o antigo Reino de Hejaz) e uma república é declarada (KERR, M., 1967).

Esse incidente destaca uma tendência na região: as revoluções dos pan-arabistas tinham como alvo as monarquias tradicionais do Oriente Médio, como a Arábia Saudita, Jordânia, Marrocos e os países do golfo, que trabalhavam principalmente a preservação dos seus próprios regimes, e eram fortemente apoiados e alinhados com Reino Unido e Estados Unidos, contrastando com o nacionalismo árabe republicano quasi-socialista alinhado com a

União Soviética dos Pan-Arabistas. Kerr (1967) aponta que esses contrastes geraram uma rivalidade regional entre esses dois blocos, no que ele chamou de “Guerra Fria Árabe”.

Um dos episódios mais significativos dessa rivalidade se deu no Iêmen do Norte. O Iêmen, dividido entre um reino no norte e uma colônia britânica no sul (que em 1967 ganharia independência e em 1969 se tornaria um regime marxista-leninista). Em 1962 um grupo revolucionário nacionalista dá um golpe na monarquia e declara uma república, o Rei e Imã do Iêmen Muhammad al-Badr se refugia na Arábia Saudita e reúne as tribos xiitas zaiditas³ em um exército contra os republicanos, começando assim a Guerra Civil do Iêmen do Norte. O Egito/RAU envia um grande contingente militar para apoiar os republicanos. Segundo Kerr (1967) o motivo para enviar era, além de considerações ideológicas, ter um aliado estratégico que fazia fronteira com ambos a Arábia Saudita e a colônia britânica ao sul. O lado realista era fortemente apoiado pela Arábia Saudita, recebendo apoio material e militar.

A intervenção militar da Arábia Saudita no seu vizinho ao sul na década de 1960 tem paralelos com a Guerra Civil do Iêmen de 2014. Em ambas ocasiões dois poderes externos (Egito e Irã) apoiam um grupo revolucionário local como o objetivo de adquirir trazer um país para sua esfera de influência que estava no quintal de um grande rival geopolítico, a Arábia Saudita. A partir do Iêmen podem então lançar ataques ou apoiar grupos e ideologias dissidentes ou fomentar rebeliões dentro da Arábia Saudita. Em um contexto maior da Guerra Fria, a Arábia Saudita viria apoiar algumas décadas mais tarde o próprio Iêmen do Norte contra o estado marxista do Iêmen do Sul em duas guerras separadas em 1972 e 1979 (PRADHAN, 2017).

A Síria foi colônia francesa até sua independência em 1946, mas os anos posteriores foram turbulentos, o fracasso da campanha síria na guerra árabe-israelense logo gerou um golpe em 1949, embora eleições tivessem sido restabelecidas depois de outro golpe em 1954 (KERR, M., 1967). Como estabelecido anteriormente, na Síria surge o partido Baath, com a sua mensagem logo tornou-se um dos maiores partidos da Síria, que segundo Seale (1997) juntamente com o popular Partido Comunista Sírio, as suas ideologias anti-ocidentais adicionada às tendências de esquerda dos dois grupos e a crescente influência dentro do governo sírio empurraram a Síria a se alinhar com a União Soviética. A reação do ocidente foi se opor à Síria. O Partido Baathista vê no Egito e as ambições pan-arabistas de ambos

³ Vertendo do xiismo que segue uma linha de cinco imãs diferente dos duodecimanos. Creem que os imãs não são divinamente inspirados e infalíveis, mas que recebem o conhecimento e que qualquer um pode se tornar o Imã. Se assemelhando mais a doutrina sunita do califa.

países como forma de contrabalancear as ameaças do ocidente, em 1958 ambos países estabelecem a República Árabe Unida (RAU), no entanto, essa união fracassa devido ao fato de que o Egito usa a união para controlar a Síria autoritariamente como um subordinado, ao invés de parceiros iguais. Com o tempo, a RAU se tornou oposta pelo exército e elite política síria, e até pelo próprio Partido Baathista, antes um dos maiores apoiadores da União (KERR, M., 1967).

Como narra Kerr (1967), em 1961 o exército sírio dá um golpe de estado contra a RAU, desfazendo a união, resultando no retorno da independência da Síria. Segundo Seale (1997) o Partido Baathista sai com sua posição fortalecida, e usa da instabilidade política para realizar seu próprio golpe em 1963. Tornando assim a Síria em um governo de partido único, situação que se encontra até hoje.

Apesar de todos os conflitos internos entre as nações árabes, a hostilidade contra Israel continuava sendo um elemento que os unia. Síria, Egito e Jordânia, apesar de divididos devido aos conflitos já descritos, estavam todos com tensões cada vez mais crescentes com Israel, resultando em um ataque preemptivo de Israel em 1967, a Guerra dos Seis Dias. Segundo Karsh (1997) inicialmente nenhuma das superpotências estava interessada em apoiar Israel, já que apoiá-los significaria potencialmente alienar os países árabes. Entretanto, o alinhamento da Síria e Egito com a União Soviética e uma corrida armamentista começa a empurrar os Estados Unidos a apoiar Israel. Karsh (1997) nota que após a vitória em 1967 o relacionamento entre os dois países cresce muito devido às culturas ocidentais semelhantes, uma larga diáspora judaica nos EUA, o movimento evangélico fortemente pró-israel, mas principalmente, como forma de contrapor a crescente influência soviética na região como uma “ilha” de influência na região.

Finalmente, o fracasso do Nasser de manter a Síria dentro da RAU, o atoleiro e perda de recursos que era a guerra civil do Iêmen do Norte e finalmente a humilhação sob o ataque-surpresa de Israel desacredita Nasser e o movimento Pan-Arabista (OSMAN, 2016). Por outro lado, segundo Osman (2016) quem sai fortalecido é o islamismo, oferecendo uma alternativa não apenas à influência dos “infiés ocidentais”, mas também contra os infiés “ateus” comunistas. A partir da década de 70 é visto um crescimento de grupos islamistas e jihadistas, e que a partir da década de 80 e 90 começaram a ter papel fundamental na política do Oriente Médio.

Em conclusão, o Oriente Médio após o período da independência se encontra além do contexto maior do debate no resto do terceiro mundo: qual sistema adotar para guiar as jovens nações pós-coloniais, o Oriente Médio também emerge como a maior fonte de

petróleo do mundo, recurso estratégico que faz os países da região se tornarem alvo de cortejamento ou interferência externa das superpotências.

Duas escolas emergem: o pan-arabismo e o islamismo, o pan-arabismo se estabelece inicialmente como a principal força política, principalmente contra interferência dos países ocidentais e os países aliados representados pelas “velha ordem” das monarquias. Isso ajuda a definir a política externa saudita como defensor do *status quo* da região e a ser reativo contra um movimento dessa natureza.

Entretanto, o pan-arabismo fracassa em seus objetivos, é descreditado e dá a oportunidade ao islamismo de se estabelecer. Arábia Saudita como parte das monarquias tradicionalistas se alinha com os Estados Unidos, algo que também é seguido pelo Irã sob o Xá, como forma de se opor à influência dos soviéticos ao norte. Finalmente, o conflito Árabe-Israelense se torna parte maior da guerra fria, com Israel se alinhando com os Estados Unidos, assim, a hostilidade contra Israel por consequência se torna também contra os Estados Unidos.

2.3 A Revolução Iraniana (1979) e seus efeitos na relação Riade-Teerã

Um dos eventos centrais para entender o conflito entre Irã e Arábia Saudita é a Revolução Islâmica no Irã. Esse evento trouxe uma nova configuração na política do Oriente Médio, trouxe o islâmismo como ideologia viável, inspirando uma nova geração no mundo mulçumano, os posicionamentos políticos do Irã pós-revolucionário o colocaram em rota de colisão contra a Arábia Saudita.

2.3.1 A Queda da Dinastia Pahlevi e a Revolução Iraniana

Como já estudado, Mohammed Reza Xá se torna Imperador após seu pai ter sido forçado a abdicar em 1941 pelos aliados, mas não foi até 1953 com o golpe contra Mossadegh que tornou o Xá um monarca absoluto. Após o golpe, segundo Coggiola (2007) o Xá passou a governar com um regime repressivo como forma de se perpetuar no poder, atacando e perseguindo opositores políticos, formando em 1957 a SAVAK⁴, uma polícia secreta que se valia de torturas, assassinatos, intimidação e desaparecimentos forçados. Ele também continua o “reinado” da AOIC, agora renomada para *British Petroleum*, que a partir de então deveria dividir 50% dos lucros com a nova estatal petrolífera, a *National Iranian Oil*

⁴ Do pársi *Sāzemān-e Ettelā'āt va Amniyat-e Keshvar*, “Organização de Segurança e Inteligência Nacional”

Company, semelhante ao o arranjo da Aramco na Arábia Saudita. Outro investimento para manter seu próprio poder, afirma Abrahamian (2018) foi um aporte bilionário nas forças armadas, “Em 1975, o xá tinha a maior marinha do Golfo Pérsico, a maior força aérea da Ásia Ocidental, e o quinto maior exército do mundo” (ABRAHAMIAN, 2018, p. 187).

Segundo Abrahamian (2018) e Coggiola (2007), tensões e mal-estares políticos e econômicos levaram a um levante mal-sucedido em 1960-1961, o Xá começou uma série de reformas do estado iraniano em 1963 batizado por ele de “Revolução Branca”. Essas reformas eram um “plano de desenvolvimento”, comum na época em estados subdesenvolvidos como afirma Coggiola (2007). Para essa reforma, o estado iraniano seria organizado em uma vasta burocracia centralizadora, a parte central do plano, uma reforma agrária, complementado por programas sociais de educação e alfabetização (baseado no programa cubano), saúde e alimentação. Segundo Abrahamian (2018) uma das partes notáveis foi o programa de direito das mulheres, ganhando o direito de eleição, de servirem em cargos políticos e no judiciário. Entretanto, apesar das reformas do governo, ainda a maioria do orçamento era investida nas forças armadas ou desviada por corrupção, dificultando o progresso das reformas propostas. A reforma agrária não providenciou mais terra para muitos camponeses, em vez disso acabando por enriquecer apenas os donos de terra, provocando um êxodo rural para as cidades, que sem habitação ou oportunidades de emprego formavam populações sem-teto ou estabelecendo favelas.

A “Revolução Branca” segundo Abrahamian (2018) tinha os objetivos de evitar uma revolução “vermelha” (comunista), enfraquecer as classes tradicionais e criar uma base de suporte com as classes populares, entretanto, os problemas sociais que o Xá tentou impedir pela revolução branca foram agravados por ela, não apenas expandiu e uniu as classes tradicionalmente opostas ao Xá, a classe média e a intelligentsia, como ainda trouxe a ira da tradicional classe clerical, o Ulemá. “A Revolução Branca foi projetada para prevenir uma Revolução Vermelha. Em vez disso, abriu o caminho para uma Revolução Islâmica” (ABRAHAMIAN, 2018).

Abrahamian (2018) aponta duas figuras centrais da oposição contra o Xá: a primeira é Ali Shariati, um ideólogo importante para a revolução islâmica, Shariati filho de um clérigo e parte da crescente classe média, estudou sociologia em Sorbonne onde acabou por entrar em contato com ideias socialistas e marxistas. Shariati misturou o Islã com o socialismo marxista revolucionário, procurando ressurgir as correntes revolucionárias do xiismo, principalmente no que se tratava a uma oposição às autoridades opressores e a mensagem social do islã,

identificando figuras tradicionais do Islã, como o próprio Ali, com ideais revolucionários, além de se inspirar nos *mujahideen* para trazer uma revolução.

O outro que se tornaria central e mais importante segundo Abrahamian (2018) foi o Aiatolá⁵ Ruhollah Khomeini, ele surge de uma família de clérigos e comerciantes, e se torna clérigo após estudar em um seminário na cidade sagrada de Qom, segundo Takeyh (2009), antes disso a classe clerical era majoritariamente apolítica, preferindo se concentrar em assuntos teológicos.

Khomeini ganhou fama, limitada aos círculos seminaristas, na década de 1930 ao criticar o governo em suas aulas de ética. Como narra Coggiola (2007), Khomeini se torna uma figura política após protestar em 1963 contra a Revolução Branca, a submissão do Xá aos Estados Unidos e o apoio de Israel. Seu discurso logo gerou uma represália do governo, a SAVAK prendeu Khomeini, o que gerou protestos no país, a resposta do governo contra os protestos deixou 400 mortos e Khomeini foi solto, se estabelecendo como figura importante nacionalmente.

Abrahamian (2018) define a ideologia de Khomeini como um “populismo clerical”. Em seus sermões argumentava que a autoridade para governar o estado deveria estar nas mãos de clérigos seniores especializados em *fiqh* (jurisprudência islâmica) e ser governado sob a sharia. Ele quebra com a posição apolítica clássico do xiismo até então, trazendo uma interpretação diferente: Deus teria enviado os profetas e os imãs para guiar o Umma, e como o Décimo-Segundo Imã havia se ocultado, os clérigos eram os guardiões da sharia e tinham a autoridade para governarem o Umma, ou seja, os clérigos tinham além de autoridade religiosa, tinham autoridade política. Khomeini chama essa doutrina de *Velayat-e Faqih* (“Tutela dos Juristas”), que serve de base para o sistema teocrático da atual República Islâmica. Pode-se trazer paralelos com os escritos de Qutb, de fato, segundo Ünal (2016) o próprio Khomeini tinha lido e traduzido Qutb e havia sido influenciado por ele. Tinha também um forte aspecto antimonarquista, Khomeini afirmava que a instituição da monarquia era ilegítima, um resquício da idolatria e paganismo pré-islâmico, que corrompera o islã e oprimia a população, principalmente os pobres.

Os muçulmanos, Khomeini insistia, têm o dever sagrado de se opor a todas as monarquias. Não devem colaborar com elas, recorrer às suas instituições, pagar aos burocratas ou praticar a dissimulação para se protegerem. Pelo contrário, eles têm o dever de se revoltar contra elas. A maioria dos reis eram criminosos, opressores e assassinos em massa. (ABRAHAMIAN, 2018, p 213)

⁵ Título mais alto dentro do Islã xiita. É um título honorífico dado por aclamação para os clérigos mais veneráveis.

Khomeini ainda tinha uma forte inclinação social, trazendo críticas sobre os fracassos sociais, políticos e econômicos do regime. Críticas à corrupção, clientelismo, gasto desnecessário nas forças armadas, submissão aos Estados Unidos, apoio à Israel, acabando com os camponeses e entregando suas terras para grandes produtores, fracassando em providenciar habitação para as populações vindas do êxodo urbano, no que resultou em favelas em Teerã, e não proteger os bazares e fazendeiros tradicionais de produtos estrangeiros. Khomeini ainda criticava a “decadência moral” que o governo causara, como crime, prostituição, alcoolismo e uso de drogas (ABRAHAMIAN, 2018).

Segundo Takeyh (2009) essa nova visão de Khomeini também era internacionalista, que não deveria ser somente limitada ao Irã, mas deveria ser adotada pelo mundo muçulmano. “O objetivo do Irã era "libertar as massas descontentes de muçulmanos, quer vivam nos estados independentes do Egito, Arábia Saudita e Marrocos ou sob um governo não islâmico", declarou Khomeini” (TAKEYH, 2009, p. 20).

O grande inimigo era os Estados Unidos, posteriormente chamado por Khomeini de “Grande Satã”, identificado como um potência imperialista que saqueava e oprimia o oriente médio, ainda criticou a União Soviética como o “Pequeno Satã” e devido a sua posição anti-sionista, Israel era o “Satã Menor” (TAKEYH, 2009).

Após outro confronto entre os seguidores de Khomeini e a SAVAK em 1964 sob a abertura de um bar, Khomeini foi exilado pelo governo do Xá para a Turquia e posteriormente para o Iraque. Segundo Coggiola (2007), depois desses incidentes o Irã viu um período de estabilidade entre 1963 e 1973. Mais especificamente, o Irã havia se juntado à Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) em 1961. A OPEP era um cartel formado pelos maiores produtores de petróleo do mundo (Irã, Iraque, Arábia Saudita, Kuwait e Venezuela) como forma de ter poder de barganha com as empresas petrolíferas europeias e estadunidenses. A OPEP foi capaz de renegociar e aumentar os lucros que seus países-membros ganhavam da produção de petróleo, garantindo assim o período de estabilidade no Irã e de vastos lucros concentrados nas mãos do xá e das elites econômicas, aumentando a desigualdade (COGGIOLA, 2007).

Entretanto, a situação começa a mudar a partir de 1973. Em solidariedade aos países árabes que estavam lutando contra Israel na Guerra do Yom Kippur, os membros árabes da OPEP empurram a organização a realizar um embargo contra os países que apoiavam Israel, principalmente os Estados Unidos. Segundo Coggiola (2007), o impacto do embargo foi devastador no mercado global, empurrando os preços globais para subirem em quase 400%,

causando escassez. O efeito no Irã, inicialmente foi de um *boom* econômico, que como mencionado anteriormente, agravou a já crescente desigualdade entre pobres e ricos, e ainda provocou uma inflação cada vez mais acentuada e uma crise econômica.

Em 1971 Reza Xá organizou uma grande e excessivamente luxuosa comemoração dos 2,500 anos do Império Persa, com bilhões gastos e várias autoridades estrangeiras convidadas, ao mesmo tempo que o Irã passava por uma carestia. Enquanto isso, aumentavam movimentos de guerrilha marxista, como os Fedayin, e a Organização da Mujahedin do Povo (“MEK”⁶), um grupo islamista de esquerda, enquanto Khomeini, exilado no Iraque, se tornava uma das figuras mais populares no Irã (COGGIOLA, 2007).

Segundo Abrahamian (2018) como tentativa de combater o aumento da instabilidade política, o Xá criou em 1975 o “Partido da Ressurgência” (ou “Partido Rastakhiz”), que é declarado como único partido legal no Irã. A formação desse partido atacou a tradicional classe média dos comerciantes dos bazares, acusados de se aproveitar da crise econômica para seu próprio lucro, os alienando e fazendo-os trocarem de lado para apoiar o Ulemá e Khomeini. Em 1977 Ali Shariati, que estava em exílio na Inglaterra após ser preso por dar aulas com conteúdos considerados subversivos, morreu de ataque cardíaco, embora seus seguidores afirmassem que ele foi morto pela SAVAK. Ainda em 1977, o presidente estadunidense Jimmy Carter faz um discurso elogiando o Irã, declarando o país como uma “ilha de estabilidade” (ABRAHAMIAN, 2018).

As condições para uma revolução já estavam estabelecidas, o estopim, segundo Abrahamian (2018) foi em Janeiro de 1978, quando um jornal pró-governo publica um editorial condenando Khomeini como um “agente britânico” e “poeta louco indiano” e os clérigos como reacionários desejando a volta do feudalismo, imperialismo e comunismo. Dois dias depois começam protestos, formados principalmente pelos estudantes seminaristas de Qom, que logo marcharam em uma delegacia e o subsequente confronto deixou entre 2 (estimativa oficial) e 70 (estimativa da oposição) mortos. Segundo Coggiola (2007) quase 90% da população se colocava contra o governo.

Protestos continuaram no país por quatro meses, e quando pareciam se amenizar, em 19 de Agosto, no aniversário do golpe de 1953, um incêndio engolfou o Cinema Rex, esse incêndio foi proposital e os incendiários bloquearam a saída, deixando mais de 400 mortes (ABRAHAMIAN, 2018).

O público culpou o Xá, que negava as acusações, renovando os protestos. Lei marcial foi declarada em 8 de Setembro, mas apesar disso 5 mil pessoas marcharam em Teerã,

⁶Do pársi: *Mujahedin-e-Khalq*

desafiando a lei marcial. Após se reunirem na praça Jaleh, o exército tentou os dispersar com tiros de aviso, a multidão se recusou e o exército disparou contra eles, resultando entre 88 e 100 mortes, mais vários feridos, segundo Abrahamian (2018) esse dia posteriormente ficou conhecido como a “Sexta-Feira Negra”.

No dia após a Sexta-Feira Negra, os trabalhadores do setor petrolífero declararam uma greve, que em outubro é seguida por uma greve geral, que incluía até setores do governo, paralisando a economia do país. O líder da oposição moderada Karim Sanjabi foi até Paris, onde Khomeini estava exilado e ambos assinaram um acordo, formalizando uma aliança entre os clérigos e oposição moderada, e escreveram uma proposta de constituição (ABRAHAMIAN, 2018).

Em novembro, cadetes da força aérea desertaram e começaram a distribuir armas aos civis, em dezembro quase 2 milhões de pessoas tomaram as ruas de Teerã. Finalmente, em 16 de janeiro de 1979, Mohammed Reza Xá fugiu do país, o que restou de seu governo caiu nas mãos de Shapour Bakhtiar, líder da oposição “liberal” que havia sido apontado como primeiro-ministro pelo Xá como uma tentativa de apaziguar os protestos. Duas semanas depois, Khomeini retorna ao Irã, segundo Coggiola (2007), é recebido por uma multidão de quase 5 milhões de pessoas e faz um discurso se opondo totalmente ao governo de Bakhtiar e ao parlamento, vendo-os como continuação ilegítima do governo do Xá, forma um governo para rivalizar o de Bakhtiar, com o ativista pró-democracia Mehdi Bazargan como seu primeiro-ministro.

O conflito entre os dois governos é inevitável, segundo Abrahamian (2018) logo depois as forças armadas entram em um estado de paralisia, oficiais da força aérea em uma base próximos à Teerã organizaram um motim, distribuindo armas para civis e logo entram em confronto com elementos das forças armadas mais leais ao Xá. Civis se juntaram para apoiar os rebeldes, que logo foram unidos com guerrilheiros marxistas Fedayin e do MEK, que juntos atacaram os restantes do governo do Xá. O palácio do governo é atacado e Bakhtiar foge disfarçado, os revolucionários tomaram outros prédios do governo e dia 11 de fevereiro o Conselho Militar Supremo declarou-se neutro na disputa entre os dois governo e ordenou que as tropas se retirassem. Finalmente no mesmo dia, um pronunciamento da Rádio Teerã declarou o fim da monarquia e o início da república islâmica.

Com o Irã em suas mãos, Khomeini e Bazargan começam a traçar uma nova constituição. Segundo Abrahamian (2018) houve uma discordância sobre que rumo seguir, Bazargan queria uma república democrática liberal nos moldes da França, enquanto Khomeini queria implementar as suas ideais da liderança da comunidade sob os juristas

islâmicos, o *Velayat-e Faqih*. O resultado foi uma constituição híbrida, mas devido ao poder e influência da ala de Khomeini, favorecia a sua visão teocrática.

Em novembro de 1979 um grupo de estudantes e militantes invadiu a embaixada dos Estados Unidos em Teerã e tomou seus empregados como reféns. O episódio, que ficou conhecido como a “Crise dos Reféns no Irã”, marca o rompimento das relações Washington-Teerã e o começo de uma relação hostil, e pela primeira vez o Irã recebe pesadas sanções econômicas e é isolado internacionalmente (TAKEYH, 2009).

A Revolução é seguida por um período de consolidação. Segundo Abrahamian (2018) a sharia foi instituída e juízes pela lei religiosa substituíram os treinados por lei secular, o estado expandiu, aumentando o número de burocratas e funcionários públicos, os meios de comunicação eram controlados e censurados (ABRAHAMIAN, 2018). Os elementos liberais e socialistas da revolução foram logo reprimidos e expurgados. Em 1981 o presidente moderado e anti-radical Abolhassan Bani-Sadr foi acusado de conluio com o MEK para tentar um golpe contra o governo islâmico, Bani-Sadr fugiu em exílio e ao tentar expurgá-los, o MEK retaliou começando uma campanha de bombardeios contra figuras públicas do regime islamista, ao mesmo tempo que grupos guerrilheiros como os Fedayin e os Curdos iranianos fizeram campanhas mal-sucedidas no interior do país (TAKEYH, 2009). O ápice da repressão foi em 1988, após aceitar um acordo de cessar-fogo com o Iraque, o Irã começa a execução de mais de 2.800 prisioneiros políticos por enforcamento (ABRAHAMIAN, 2018).

Como é comum em regimes revolucionários, o Irã aumentou a capacidade de seus serviços de inteligência como forma de erradicar a dissidência e impedir tentativas de golpes como os de 1980 e 1981 e movimentos contra-revolucionários. Em 1979 é criado o Exército dos Guardiões da Revolução Islâmica (pelo sigla em inglês “IRGC”⁷, ou ainda em pársi como “Sepah” ou “Pasdaran”⁸), “O IRGC foi originalmente concebido por seus fundadores como uma força de milícia popular para monitorar os remanescentes das forças armadas do xá e proteger o estado de uma possível atividade contra-revolucionária.” (WEHREY et al., 2009). Assim, a diferença do antigo exército (o “Artesh”) era o foco em uma atuação interna para preservar o regime, além de ser a força responsável por “exportar a revolução”. Segundo Abrahamian (2018), a ampla participação do IRGC na Guerra Irã-Iraque expandiu a organização para ser uma força paramilitar completa, formando uma força armada paralela com exército, força aeroespacial e marinha próprias, além da Força Quds. A IRGC se torna um grupo de grande influência dentro da política doméstica do Irã, “o IRGC evoluiu para se

⁷ Em inglês: *Islamic Revolutionary Guards Corps*

⁸ Vindo do nome da guarda em pársi *Sepâh-e Pasdârân-e Enqâlâb-e Eslâmi*

tornar uns dos conglomerados políticos, ideológicos e militares mais poderosos do Irã” (FOROZAN; SHAHI, 2017, p. 1) podendo ser classificado como um “estado dentro do estado”. Segundo Wehrey et al. (2009), a Força Quds é responsável pela “guerra não convencional”⁹, se ocupando em patrocinar grupos estrangeiros e realizar operações extraterritoriais. Também é criada a milícia Basij, inicialmente um força para mobilizar civis voluntários para lutar na Guerra Irã-Iraque, ela é fundida com a IRGC para evitar rivalidade entre os dois grupos, com a Basij agora sendo uma força auxiliar da IRGC. E por fim, SAVAK é reorganizada no Ministério de Inteligência (“VAJA”) (WEHREY, et al. , 2009).

Em 1968 o partido Baath toma o poder no Iraque por meio de um golpe, e em 1979 Saddam Hussein ascende como figura política, assumindo a presidência do Iraque após um outro golpe de estado. Como narra Abrahamian (2018), o Irã e o Iraque já tinham entrado em confronto com algumas escaramuças em 1974 e 1975 devido à disputa da demarcação de fronteiras, mas o Iraque foi repellido pelo forte e bem-armado exército do Xá. Agora com a Revolução Islâmica, Saddam Hussein poderia usar do caos causado pela revolução e seu isolamento internacional para invadir o Irã com vantagem e superioridade. Segundo Takeyh (2016) Saddam procurava tornar o Iraque a potência líder da região, acabar com um rival geopolítico, impedir que a maioria xiita fizesse uma revolução no Iraque (o país era liderado por uma minoria sunita sob Saddam), impedir que o Irã “exportasse a revolução” para o resto do mundo mulçumano e anexar o Cuzistão, a principal região produtora de petróleo do Irã e habitada por árabes sunitas.

Em Novembro de 1980 o Iraque lança ataques ao Irã, dando início à Guerra Irã-Iraque. Para lutar contra o poder militar e apoio externo superiores do Iraque, o Irã começa a depender da mobilização em massa (usando até crianças-soldado) e da guerra de trincheiras remanescente da Primeira Guerra Mundial, como resposta o Iraque começou a usar armas químicas. Assim, a força de invasão iraquiana desacelera e logo é empurrada de volta para o Iraque, o Irã decide começar um contra-ataque e invadir o território iraquiano mas também a sua ofensiva falha e a guerra termina num impasse, sem avanços de ambos os lados.

Após 8 anos de guerra e quase 1 milhão de mortos, em 1988 ambos lados aceitaram um cessar-fogo mediado pela ONU (TAKEYH, 2009). Para o Irã, a guerra teve o efeito de consolidar a revolução: a mobilização e a agressão de um país externo ajudou o país a se unir

⁹ Guerra não-convencional é o apoio de uma insurgência estrangeira ou movimento de resistência contra seu governo ou uma potência ocupante por meio de grupos de forças especiais.

sob a bandeira do governo islâmico, providenciou os meios do novo estado de expandir e definiu o rumo da política de estado do Irã para o futuro,

“As noções de autossuficiência e independência são marcas da política externa da República Islâmica, e os guardiões da revolução reconhecem que a sobrevivência de seu regime depende inteiramente de seus próprios esforços.” (TAKEYH, 2009, p.106).

Pode-se concluir que a Revolução Iraniana foi o resultado da falha do governo de Mohammed Reza Xá de consertar as várias contradições e problemas da sociedade iraniana. Quando a revolução de 1979 começou, ele havia alienado todos os setores e classes da sociedade, que se haviam unido contra o seu regime.

O destaque vai para Aiatolá Khomeini, além de líder da revolução, ele se torna uma das figuras fundamentais para o islamismo, criando um novo paradigma ideológico no Oriente Médio. As ideias de Khomeini sobre a liderança dos clérigos, o islã como um sistema abrangente, anti-imperialismo, e além de tudo um caráter revolucionário. Assim, a Revolução Iraniana marca não somente uma nova era no Irã, mas para o Oriente Médio, mostrando que o islamismo é um regime político praticável. Isso representou uma ameaça para o *status quo* no Oriente Médio, que resulta na invasão do país pelo Iraque como forma de “contenção”. Não apenas o Irã consegue expulsar os invasores, mas a guerra junto com a crise dos refêns consolidam a revolução e definem o rumo do novo estado iraniano.

2.3.2 Deterioração das relações Teerã-Ríade após a revolução

A Revolução Iraniana foi um choque para o Oriente Médio. A gênese da rivalidade entre Arábia Saudita tem como início a reorganização da política externa sob Khomeini e como sua política de “exportar a revolução” os colocou contra as outras potências regionais e globais.

Segundo Soange (2017), o Irã pré-revolucionário tinha uma relação cordial com o resto do Oriente Médio: os países árabes tinham discordâncias com o fato do Irã reconhecer Israel, mas a aliança comum com Estados Unidos os mantiveram os desacordos suavizados, e como mencionado anteriormente, o Irã e Arábia Saudita eram membros fundadores da OPEP. “Irã e Arábia Saudita foram os “pilares gêmeos” da Política americana na região, como fiadores do abastecimento de petróleo ocidental e baluartes contra as ideologias de esquerda que prevaleciam na época” (SOANGE, 2017, p. 3).

Como estabelecido anteriormente, o “populismo clerical” de Khomeini tinha um forte aspecto antimonarquista, os considerando como instituições corruptas, além de ter a ambição

de “exportar a revolução” para o resto do mundo muçumano. Portanto, o novo governo do Irã revolucionário gera uma fricção com seus vizinhos do Oriente Médio, em especial com a Arábia Saudita, não apenas pelo monarquia, mas pelo longínquo alinhamento do país aos Estados Unidos e pelo fato que a Arábia Saudita controla as duas cidades mais sagradas para os muçumanos, Meca e Medina, que o reino usa para legitimar seu próprio regime. Como visto anteriormente também, a Arábia Saudita já estava alarmada com movimentos de esquerda antimonarquistas, como os do Iêmen, ajudando a combatê-los para evitar que se espalhassem para o reino.

Segundo Wyndbrandt (2010), em 1979 a minoria xiita saudita da região de Qatif na Província Oriental, cansada da discriminação e inspiradas na Revolução Islâmica de seus correligionários do Irã, organizam um protesto. Esses protestos começaram no mesmo Dia de Ashura, uma comemoração xiita que segundo Wynbrandt (2010) havia sido proibida, considerada como “herege” pelos sauditas. A Guarda Nacional Saudita é chamada para impedir a celebração de Ashura e para conter os protestos, os manifestantes e a Guarda Nacional entram em confronto, resultando no incêndio de quartéis, bancos, delegacias e vários manifestantes mortos. Segundo Wynbrandt (2010), o Irã pode ter sido responsável por desencadear os protestos por meio de transmissões de rádio dentro da Arábia Saudita atacando a monarquia. Assim, esse incidente aumentou a desconfiança entre Irã e Arábia Saudita.

É importante mencionar que os protestos no oriente foram ofuscados por um incidente que acontecia simultaneamente no ocidente da Arábia Saudita. Durante a mesma semana, em 20 de Novembro de 1979 durante o *Hajj*, um grupo militante que ia pelo nome de Ikhwan, em referência ao antigo exército saudita, avançou e tomou a Grande Mesquita de Meca - o lugar mais sagrado do Islã, onde fica a Pedra Negra dentro do Caaba e é o destino de milhões de peregrinos anualmente (VASSILIEV, 2000).

Segundo Vassiliev (2000) e Wynbrandt (2010), o grupo militante era liderado por Juhayman al-Otaybi, ex-militar de origem beduína com parentes que haviam lutado na revolta Ikhwan. Ele afirmava que a monarquia saudita e a classe clerical eram corruptos, que haviam se vendido para o ocidente e que haviam se desviado do islã, clamando o retorno para um Islã mais rígido e “puro”, que seria liderado pelo seu cunhado Muhammad al-Qahtani, o qual ele declarou como sendo o *Mahdi*, o messias islâmico profetizado. Muitos de seus seguidores vinham de grupos tribais que haviam sido deslocados de suas terras por príncipes da família real, além de pessoas que eram contra os processos de modernização da Arábia Saudita ou descontentes com as políticas do governo.

A Arábia Saudita respondeu à tomada mobilizando as forças de segurança para um cerco contra a mesquita, que se resolveu após duas semanas de combate intenso e com altas baixas. Muhammad al-Qahtani morreu em combate, enquanto Juhayman al-Otaybi foi capturado e executado junto com mais 63 prisioneiros (VASSILIEV, 2000). Segundo Vassileiv (2000), a tomada da mesquita, junto com a revolta em Qatif ameaçou a legitimidade da monarquia e a estabilidade do país, como reação, o Rei Khalid passou a reforçar leis religiosas da sharia no país como forma de assegurar o apoio da Ulemá, parando o processo de modernização que havia ocorrendo no país, transformando-o em um regime mais teocrático.

Para conseguir apoio entre o ulemá, muitos dos quais estavam preocupados com a tendência modernista do reino: salões de cabeleireiro foram fechados, mulheres locutoras foram dispensadas da TV e as meninas não podiam mais frequentar escolas fora do reino. A mudança conservadora continuou. Em 1984, um membro respeitado do ulemá condenou agências de viagens que promoviam viagens de jovens sauditas à Europa Ocidental e aos Estados Unidos porque essas viagens os expunham a influências malignas, uma posição que o rei apoiava publicamente. Naquele mesmo ano, a importação de bonecas foi considerada uma ofensa punível. Mulheres ocidentais ou estrangeiras que se recusaram a usar véu em público foram perseguidas pela polícia da moralidade. Os defensores públicos de propriedade também quebraram janelas de estúdios de fotografia, fecharam praias de uso misto e tentaram impedir que estrangeiros celebrassem o Natal (WYNBRANDT, 2010, p. 241).

A Guerra Irã-Iraque logo se torna uma guerra de *proxies*, várias potências externas participam indiretamente no conflito para apoiar seus interesses na região. Conforme afirma Tayekh (2009), o Iraque era patrocinado pelos Estados Unidos, procurando reverter a perda de um aliado importante e combater um regime hostil, e pela União Soviética, que queria evitar que o islamismo se espalhasse para as minorias étnicas mulçumanas na Ásia Central, junto com países aliados com as duas superpotências. O Irã por outro lado ficou relativamente isolado e teve de contar com mobilização interna, e apoio limitado da China, Paquistão e da Síria, e paradoxalmente, dos Estados Unidos (pelo esquema Irã-Contras) e de Israel (TAYEKH, 2009).

Segundo Wynbrandt (2010), os sauditas veem a guerra como uma oportunidade para conter o Irã. A Arábia Saudita, trazendo junto as monarquias do golfo, começa a financiar a máquina de guerra iraquiana. Segundo Wynbrandt (2010), esses empréstimos e presentes chegaram a 25 bilhões de dólares no final da guerra em 1988, com os débitos totais totalizando 160 bilhões de dólares. Devido a localização geográfica no Golfo Pérsico, as tensões entre o Irã e Arábia Saudita continuaram durante a guerra, ameaçando a Arábia Saudita a fazer parte da guerra. Em 1981, o Bahrein, um país com 70% da população xiita

mas governado por uma monarquia sunita com fortes ligações com a Arábia Saudita, frustra uma tentativa de golpe de estado pelo grupo xiita “Frente Islâmica para a Libertação do Bahrein”, que pretendia uma rebelião armada para colocar no governo um clérigo exilado no Irã (ALHASAN, 2011). Como narra Vassiliev (2000), em 1984 um cargueiro saudita navegando no golfo foi atacado por um míssil que partiu do Irã, um mês depois dois petroleiros sauditas foram atacados por aeronaves da Força Aérea Iraniana. E ainda em Julho de 1985 uma série de bombas explodiram em Riade, matando um homem, o ataque foi reivindicado pelo grupo Organização do Jihad Islâmica, que era apoiado por Teerã.

Em 1987 durante o *hajj*, peregrinos iranianos começaram uma manifestação política dentro de Meca (incentivados por Khomeini e governo iraniano), as autoridades sauditas responderam ao protesto com força e o resultado do confronto entre os dois grupos foi de cerca de 400 mortos segundo Wynbrandt (2010). Em resposta, o governo saudita introduziu um sistema de cota que limitaria a quantidade de peregrinos permitidos a entrar no país para o *hajj*, os iranianos especialmente seriam seriamente afetados e Khomeini em resposta boicota o *hajj*, proibindo iranianos de o atenderem (VASSILIEV, 2000).

Após a morte de Khomeini em 1989, as relações se aqueceram um pouco. Em 1991 os países restabeleceram as relações e os iranianos voltaram a atender o *hajj*. Segundo Takeyh (2009), a presidência do reformista Mohammad Khatami de 1997 até 2005 viu um breve processo de reatamento das relações entre os dois países.

Apesar de ter patrocinado o Iraque, a Arábia Saudita ainda via Saddam Hussein como uma ameaça e rival geopolítico, o dinheiro enviado para ele havia se tornado uma dívida externa massiva (VASSILIEV, 2000). Em 1991 o Iraque invade seu vizinho Kuwait como forma de usar suas reservas de petróleo para pagar suas dívidas de guerra, a subsequente reação da comunidade internacional foi a invasão do país (a Guerra do Golfo) por uma coalizão liderada pelos Estados Unidos, no qual a Arábia Saudita fez parte, enquanto Irã ficou neutro apesar da oportunidade de vingança. Segundo Soange (2017), a Guerra do Golfo marca uma nova fase do aumento da presença estadunidense na região, que só aumentaria após os ataques do 11 de Setembro e da “Guerra ao Terror”, resultando em um aumento do alinhamento da Arábia Saudita aos EUA, que é desconfortante ao Irã.

Em 2003 o Iraque foi novamente invadido pelos Estados Unidos, desta vez resultando na queda do regime de Saddam Hussein e subsequente criação de um governo liberal democrático; esse governo é formado principalmente por xiitas, e segundo Pradhan (2017), com o tempo foi visto um alinhamento do Iraque com o Irã.

Em conclusão, a política externa estabelecida por Khomeini é bastante ideológica e procura “exportar a revolução” de seu islamismo, colocando-o em atrito direto com outros países. Árabia Saudita já esteve antes ameaçada por movimentos antimonarquistas, como os pan-arabistas, e sempre foi proativo em impedir sua propagação, como exemplificado em seu papel na Guerra Civil do Iêmen do Norte. A revolta dos xiitas sauditas em 1979 e as manifestações políticas que os iranianos faziam dentro de Meca certamente preocuparam o governo saudita da influência iraniana, mas o evento fundamental foi a Tomada da Grande Mesquita. Os rebeldes eram fundamentalistas, e suas reivindicações tinham base nas grandes disparidades e injustiças sociais, além de quererem reverter o processo de “modernização” e desvio da doutrina wahhabi, pregando um retorno a um islã fundamentalista. Essas reivindicações têm uma semelhança com a dos revolucionários iranianos. Sabendo dos erros do xá, a Arábia Saudita aumenta a presença e rigidez da lei religiosa no país, além do poder da ulemá como forma de não alienar a classe clerical do país.

2.4 A Primavera Árabe e o novo quadro estratégico do Oriente Médio

Em 2011 o mundo árabe foi atingido por um período turbulento formado por uma onda de protestos, manifestações e revoluções em virtualmente quase todos os países árabes. O que começou como um protesto na Tunísia veio a se espalhar na região inteira, trazendo inúmeras mudanças nos países, a derrubada de três governos e o início de quatro guerras civis. Assim, a Primavera Árabe é o novo paradigma do Oriente Médio e marca o início da fase atual e mais intensa da Guerra Fria Irã-Arábia Saudita.

De uma perspectiva iraniana a Primavera Árabe foi bem-vinda. Segundo Pradhan (2017) a narrativa oficial era de que os protestos e revoltas eram reverberações de sua própria revolução, que haviam de trazer resultados similares. Zaman (2019) aponta ainda cinco outros motivos para o apoio: Primeiro é manter a “singularidade” de ser a única república xiita; segundo, angariar aliados e simpatia pelo mundo mulçumano, já que o Irã se encontra isolado desde 1979; terceiro motivo se dá à estrutura do estado iraniano, um estado revolucionário que é simpático a outras revoluções; quarto, se dá a querer dismantelar governos para acabar com o movimento anti-irã pela região, e finalmente, o quinto motivo se dá pela suposição que as revoluções estavam sendo motivados pelo antiamericanismo.

Assim, segundo Pradhan (2017) quando Mohamed Morsi e a Irmandade Muçulmana foram eleitos no Egito, o Irã afirmou que ali estavam os próximos estágios do “despertar islâmico” e antes do golpe de 2013 procurou reatar os laços com o país. Semelhantemente, o

Irã apoiou diversos protestos ao redor do mundo árabe, seguindo a sua linha ideológica e procurando novos possíveis aliados em governos islamistas que entrariam após as revoluções. Zaman (2019) nota que a maioria dos apoios foram “morais e políticos” ao invés de serem materiais ou financeiros, com exceção da Síria, Iêmen e Bahrein como veremos. A Líbia foi um caso especial. As relações entre Teerã e Trípoli foram sempre amigáveis devido às posições comuns dos dois países: ambos eram anti-ocidentais e anti-israel, mas nunca haviam se tornado aliados. Inicialmente o Irã adotou uma posição mais neutra, quando a revolta começou o Irã condenou a intervenção da OTAN, mas também começou a apoiar os rebeldes diplomaticamente, embora não haja provas concretas que houve apoio material ou financeiro (ZAMAN, 2019).

Como estabelecido nos capítulos anteriores, a Arábia Saudita foi historicamente apoiante do *status quo*, como forma de perpetuar o regime da família Saud. Segundo Pradhan (2017), quando os protestos começaram a ficar intensos na Tunísia e Egito, os sauditas adotaram sua postura tradicional e condenaram os protestos, “Tanto Ben Ali da Tunísia quanto Hosni Mubarak do Egito eram regimes amigos da Arábia Saudita. Assim, foi mais fácil para a Arábia Saudita apoiar os regimes, clamar pela paz, estabilidade e ordem pública” (PRADHAN, 2017, p. 12). Entretanto, ao invés de subsidiar, os protestos se espalharam como fogo pela região, até gerando protestos menores na própria Arábia Saudita. O reino adotou uma postura pragmática, em governos anti-sauditas como a Líbia e Síria, Riade apoiou os protestos e os grupos rebeldes que logo surgiram (PRADHAN, 2017), enquanto ajudou a reprimir fortemente protestos nos países do Golfo, o qual considera como a zona primária de atuação na política externa, movimentando o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) para suprimir os protestos em Bahrein, embora tenha fracassado em movimentar o CCG para interferir no Kuwait. A Arábia Saudita também tentou usar do caos para promover a criação da “União do Golfo”, que seria o CGG com uma coordenação econômica, política e militar maior e centralizada pela Arábia Saudita, mas os países recusam, já que levaria a sua subjugação aos sauditas. (BOWDEN, 2019).

Sob uma perspectiva do conflito Arábia Saudita-Irã, Bahrein, em 2011, tornou-se um ponto de tensão focal entre os dois países. Bahrein é um país insular desértico localizado no Golfo Pérsico, entre Irã ao norte e a Arábia Saudita ao sul, no qual tem uma conexão de 25 km pela Ponte Rei Fahd. Em demografia a população da ilha é 70% xiita, mas a família real, a casa de Khalifa, e as elites são sunitas. A população xiita por anos se sentiu socialmente, politicamente e economicamente discriminada, e já havia um histórico de protestos e manifestações contra isso (PRADHAN, 2017).

Em Fevereiro de 2011 os protestos começaram inspirados nos do Egito, com o povo se organizando pela internet, o número de manifestantes cresceu e logo ocuparam os principais pontos do país. O governo respondeu aos protestos reprimindo-os fortemente, atacando e prendendo manifestantes. O exército foi chamado e logo em março o governo pediu a intervenção da CCG, mais de mil tropas sauditas e quintas dos Emirados Árabes Unidos entraram em Bahrein para auxiliar as forças locais. Em março os protestos se subsidiaram e o governo ofereceu algumas concessões aos grupos de oposição.

Geograficamente, Bahrein é um ponto estratégico para a dominação do Golfo Pérsico, localizado quase no centro e sendo uma fonte rica de petróleo, tornando-o alvo para ser colocado na esfera de influência tanto da Arábia Saudita quanto do Irã. Os desafios demográficos do país os tornam suscetíveis a interferência iraniana. Pradhan (2017) afirma que os sauditas veem a família real e seu governo como tradicionais aliados, compartilhando ligações políticas, econômicas e estratégicas, enquanto Bahrein sempre se alinhou com Arábia Saudita em questões políticas.

O Irã considera Bahrein como parte histórica do país quando a dinastia Safávida conquistou a ilha dos portugueses em 1602 até 1783, quando os antepassados dos Khalifa tomaram a ilha. Junto com a grande população xiita, os sauditas e barenitas acreditam que o Irã pode usar dessas reivindicações e a ligação correligionária para enfraquecer o estado barenita, e mais preocupante para os sauditas, ter um vizinho alinhado com um rival. Por outro lado, segundo Pradhan (2017) o Irã fortemente manifestou seu apoio aos manifestantes e condenou as ações do CCG como uma “intervenção estrangeira”, mas apesar de ser acusado pelo governo de Bahrein de ter diretamente provocado os protestos, algo que Pradhan (2017) afirma que nunca foi comprovado.

O Iêmen por décadas foi dividido entre dois países, o Iêmen do Norte, que era uma monarquia teocrática e havia se tornado uma república pan-arabista, e o Iêmen do Sul, uma ex-colônia britânica que se tornou um estado marxista-leninista. O Iêmen unificou-se em 1990 sob a presidência de Ali Abdullah Saleh, mas como nota Pradhan (2017), a sociedade é dividida entre linhas tanto tribais quanto seculares, e na maioria dos casos esses grupos estão armados.

O governo de Saleh logo teve uma crise, em 1994, com uma breve guerra civil que tentou restabelecer a república ao sul (com Saleh empregando jihadistas que haviam escapado do Egito). Adicionalmente, no mesmo ano na província de Sadá o político Hussein Badreddin al-Houthi fundou um movimento para avivamento dos zaiditas, uma vertente xiita. Al-Houthi

seria assinado pelo governo, e seus seguidores, agora chamados de “Houthis” lançaram uma insurgência contra o governo (SALISBURY, 2015).

Em 2011, simultaneamente como na Tunísia e Egito, a oposição iemenita começou protestos e manifestações, motivados principalmente pelo autoritarismo, corrupção e mau governo de Saleh. Os protestos rapidamente se espalharam pelo país e logo foram reprimidos com violência pelo governo, entretanto, o caos político apenas intensificou as divisões tribais-sectárias, e após uma tentativa de assassinato de Saleh e a deserção em massa de militares, Saleh assinou um acordo com a oposição supervisionado pela CCG em 2012: Saleh renunciaria e a oposição formaria um conselho nacional para definir um novo governo (PRADHAN, 2017).

O conselho agora sob a presidência de Abdrabbuh Mansur Hadi faz uma proposta de dividir o país em seis regiões federais, a proposta é rejeitada pelos Houthis e movimentos do sul, com a quebra nas negociações, os Houthis e lealistas de Saleh tomam a capital Saná tentando um golpe contra Hadi e uma guerra civil se inicia em 2015.

A Arábia Saudita tem uma relação com o Iêmen que sempre foi complexa:

Muitos iemenitas veem o Reino do norte como um jovem arrivista *nouveau riche* que exerce influência excessiva na região, enquanto os sauditas vêem o Iêmen como um estado problemático e populoso em seu próprio "quintal", exigindo atenção cuidadosa e cautela. (SALISBURY, 2015, p. 3).

Salisbury (2015) diz que a política tradicional no Iêmen foi sempre manter o estado fraco mas estável que depende financeiramente do reino e impedir que qualquer problema transborde em suas fronteiras. Apesar de apoiar Saleh há uma longa data, quando os protestos aumentaram de tamanho, Riade procurou chamar a CCG para supervisionar e apoiar a transição de poder para o novo governo de Abdrabbuh Mansur Hadi, e o continuou apoiando após o início da guerra civil. O Irã apoiou a oposição de praxe, mas em particular os Houthis, que têm um relacionamento próximo a Teerã. Segundo Pradhan (2017) o movimento se inspirou na revolução iraniana e até mesmo antes de 2011 o grupo já tinha laços com o Irã. Quando o grupo ganhou impulso em 2014, o Irã se posicionou para defender o movimento publicamente e o reconheceu como governo legítimo do Iêmen, portanto, Teerã estava mais interessado em apoiar os Houthis acima da oposição, que logo se tornou o novo governo patrocinado pelos sauditas.

A Síria, assim como o resto do mundo árabe, começa a ter protestos inspirados na Tunísia e Egito. Segundo Pradhan (2017), os protestos são contra o autoritarismo do governo,

reforma política, liberação de prisioneiros políticos, fim da corrupção e outras demandas semelhantes a outros movimentos em países árabes. Conforme as manifestações se intensificaram, o governo da Síria respondeu com medidas mais fortes, valendo-se de amplo uso de força letal, inclusive pelo uso de tanques e artilharia, resultando em milhares de mortes. Em Junho uma unidade das Forças Armadas desertou e anunciou a formação do “Exército Sírio Livre”, dando início assim a uma guerra civil.

Como estabelecido, a Síria esteve sob comando do Partido Baathista desde 1963, o atual presidente da Síria Bashar Al-Assad é filho de Hafez Al-Assad, presidente da Síria de 1973 até 2000, assim, os protestos representaram anos de ressentimento contra o regime. Um dos eventos representando esse descontentamento histórico foi a revolta de Hama em 1983, onde as forças armadas sírias reprimiram uma insurreição promovida pela Irmandade Muçulmana, bombardeando a cidade e segundo as estimativas de Reilly, resultando entre 15,000 e 30,000 mortos (REILLY, 2017).

Outro ponto de descontentamento, segundo Pradhan (2017) são motivos sectários: a maioria da Síria (cerca de 74%) é sunita, mas Bashar Al-Assad é Alauíta, um grupo etno-religioso que segue uma vertente do islã com crenças heterodoxas, como a crença em reencarnação, eucaristia, em uma trindade, na deificação de Ali, em mais livros além do Alcorão e em manter suas crenças em segredo pessoas de fora do Alauísmo (Reilly, 2017). Os sunitas veem as crenças alauítas como quase blasfemas, e apesar de nominalmente se considerarem xiitas, muitos clérigos xiitas também os veem com desconfiança.

Takeyh (2009) nota que a aliança entre Hafez e Khomeini não era motivada por religião, já que Khomeini considerava o Alauísmo como fora do islã. Segundo Reilly (2017), essas diferenças sectárias se acentuam quando Hafez toma a presidência da Síria, usando sua posição para promover os Alauítas para se tornarem a elite síria (embora ainda com grande participação sunita em seu governo, ao contrário de Bahrein), Hefaz tentou desarmar essas tensões fazendo um processo de “sunificação” do Alauísmo, proibindo comemorações, contruindo mesquitas (Alauítas não usavam mesquitas antes de Hefaz) e conseguiu que o Aiatóla Musa al-Sadr do Líbano emitisse um *fatwa*¹⁰ reconhecendo os Alauítas como mulçumanos.

As relações Arábia Saudita-Síria nunca estiveram muito positivas, a aliança entre Damasco e Teerã era um ponto central de desavença, mas não foi a única. Segundo Blanga (2017), as relações entre os dois países estavam cordiais até a morte de Hafez Al-Assad,

¹⁰ Uma declaração não-vinculativa sobre lei islâmica emitida por uma alta autoridade clerical.

quando o jovem Bashar havia assumido em 2000 o reino o apoiou e ajudou a consolidar sua posição, em troca iriam opor seu inimigo em comum: Saddam Hussein.

Entretanto, esse próprio tópico que os unia levaria a sua divisão. Com a invasão do Iraque em 2003, “A Síria se recusou a cooperar com a coalizão [...] e acusou os Estados do Golfo de colaboração com os americanos. Com o apoio de Riade, Washington rapidamente tomou medidas para isolar Damasco tanto no Oriente Médio quanto na arena internacional” (BLANGA, 2017). E ainda, se dividiam fortemente na questão da Palestina e Líbano: A Síria tem um histórico intransigente de defender o Estado da Palestina e o fim de Israel, algo que ia contra os planos de Riade de intermediar a paz.

Essa hostilidade contra Israel leva a forte intervenção da Síria no Líbano, que para Blanga (2017) leva à ruptura entre as relações Damasco-Riade com o assassinato do primeiro-ministro líbanes Rafic Hariri, que era próximo dos sauditas e oposto a ocupação síria do país que estava ocorrendo desde 1976. O assassinato foi atribuído ao Hezbollah com o apoio sírio, a Arábia Saudita cortou relações com Damasco e ajudou o “Revolução dos Cedros” a pressionar a retirada das tropas sírias do Líbano, começando a partir daí uma política de delibitar a influência da Síria na região.

Portanto, com os protestos na Síria em 2011, a Arábia Saudita junto com os países do golfo (o CCG) logo se aproveitam para fazer pressão política e diplomática contra o regime de Assad, e conforme o conflito escala, mais apoiam a oposição síria. Em 2012, o CCG reconheceu o grupo de oposição da “Coalizão Nacional Síria” como o governo legítimo da Síria. Essa coalizão foi formada em uma conferência em Doha, capital do Qatar. (PRADHAN, 2017).

O Irã, por outro lado, é o aliado mais próximo da Síria. Como afirma Pradhan (2017), os dois países têm uma relação construída desde 1979 quando a Síria apoiou a Revolução Iraniana devido à sua oposição ao Xá, visto como extensão das políticas dos Estados Unidos na região. Quando estourou a Guerra Irã-Iraque, a Síria apoiou o Irã por meio de apoio diplomático e militar (apesar de ambos serem Baathistas, a Síria e Iraque haviam se dividido em duas facções hostis), estreitando os laços entre Damasco e Teerã.

Pode-se citar ainda o ponto em comum que é a oposição à Israel, com a proximidade geográfica da Síria os dois países unidos podem projetar influência sob o levante, com Irã apoiando as atividades sírias do Líbano, sua guerra contra Israel e o apoio ao Hezbollah e Hamas. No entanto, Pradhan (2017) nota que os dois regimes são surpreendentemente contrastantes: enquanto o Irã é um regime teocrático semi-democrático xiita, a Síria é um regime autoritário secular presidido por um alauíta mas com uma maioria sunita.

Assim, quando começam os protestos na Síria, o Irã muda a postura que tinham de apoiar os manifestantes e ao invés protege Assad e seu regime, que logo se traduziria em um apoio contínuo durante a guerra civil que logo seguiria.

Pode-se, dessa forma, perceber a formação de dois campos a favor do Irã e da Arábia Saudita. Teerã tende a apoiar atores que subscrevem ao xiismo e Riade os sunitas.

Entretanto, Soange (2017) enfatiza que a Guerra Fria Irã-Arábia Saudita não pode ser simplesmente reduzida a um conflito “sunitas vs xiitas”. O Irã por exemplo, adota um discurso pan-islâmico para o resto do mundo árabe e não de supremacia xiita, “O Irã encoraja um “Despertar Islâmico” que não seria necessariamente baseado no princípio Khomeinista de *Velayat-e Faqih*, mas se adaptaria às condições particulares dos diferentes países muçulmanos” (SOANGE, 2017, p. 13). Takeyh (2009) afirma que a aliança entre Irã e Síria pode ser considerada não-sectária e o Irã é um dos principais apoiadores do Hamas, um grupo confessionalmente sunita. Ambos Irã e Arábia Saudita estão menos preocupados em espalhar sua vertente do islã, mas de se tornar o líder regional. As tensões sectárias são exploradas por ambos os lados para avançar seus objetivos.

Finalmente, Soange (2017) nota que a partir do começo da Primavera Árabe, a Arábia Saudita toma uma postura mais assertiva e agressiva na arena internacional, como as intervenções diretas em Bahrein e Iêmen, patrocínio de grupos jihadistas e islamistas na Síria, abertamente apoiam a golpe no Egito em 2013 contra a Irmandade Muçulmana, e tem múltiplas disputas diplomáticas quando o Qatar quando estes se recusam a seguir as posições da Arábia Saudita e do GCC.

Segundo Soange (2017), essa nova assertividade vem do fato de que a retirada das tropas estadunidenses, os Estados Unidos eram vistos como uma força protetora o qual o reino havia se alinhado durante a Guerra ao Terror, a Primavera Árabe havia coincido com o respoturamento do governo americano de Barack Obama, marcado por um intervencionismo menor e pela retirada das tropas da região. Assim,

Os Estados Unidos não eram mais considerados um aliado confiável como no passado, e a Arábia Saudita reagiu aumentando enormemente suas importações de armas e embarcando em uma política externa mais agressiva para lidar com as consequências da Primavera Árabe. (SOANGE, 2017, p.7)

Em conclusão, embora começasse como protestos contra regimes autoritários, a Primavera Árabe se espalha pela região e força os países a repensarem suas posições estratégicas. O Irã apoia os protestos refletindo sua própria experiência, e dá foco a grupos

xiitas marginalizados. A Arábia Saudita, por outro lado, luta pela preservação do próprio regime, com a diminuição da influência dos Estados Unidos na região, os sauditas se tornam mais assertivos. Ambos lados inflam o sentimento sectarismo para adquirirem aliados e *proxies* e minar a influência de seus rivais. Isso é visto na Síria, Iêmen e Bahrein que têm conflitos sectários que Riade e o Teerã podem inflamar como forma de avançar seus objetivos geopolíticos. Assim, ambos Irã e Arábia Saudita usam o caos da Primavera Árabe para se oporem politicamente e quando as guerras civis eclodem, militarmente, dando início a uma guerra fria.

3 Guerras de Procuração no conflito Irã-Arábia Saudita

O conflito Irã-Arábia Saudita não é um conflito direto, nunca houve uma invasão ou embate militar entre os dois países. Ao invés disso, os dois países se contentam por formas indiretas, por meio do embate político, econômico, diplomático e sócio-cultural, dando-se principalmente pelo uso de terceiros para lutarem entre si, assim, o conflito Irã-Arábia Saudita pode ser chamado de uma “guerra fria”.

3.1 Teoria da Guerra de Procuração

O principal meio no qual Riade e Teerã conduzem seus conflitos são por meios indiretos, apoiando grupos opostos em conflitos ao redor do Oriente Médio. Trata-se do que é chamado de “guerras de procuração”.

“Guerras de procuração”, como definido por Mumford (2013, p. 11), "são o envolvimento indireto em um conflito por terceiros que desejam influenciar seu resultado estratégico". Portanto, os terceiros (potências externas) irão apoiar e patrocinar um *proxy* dentro desse conflito.

Segundo Mumford (2013), as guerras de procuração tem uma longa história com o apoio de determinados grupos externos em guerras, citando exemplos da Guerra dos Trinta Anos (apoio da França e Espanha para os lados protestantes e católicos), a Guerra Civil Americana (auxílio de Londres aos confederados para ter vantagens econômicos e políticas em caso de sua vitória) ou a Guerra Franco-Prussiana (apoio britânico aos franceses para conter o crescente Império Alemão). Foi no século XX, em especial no período pós-Segunda Guerra, que as guerras de procuração se tornaram uma forma prolífera de conduzir a política internacional. Durante a Guerra Fria, a guerra de procuração foi a principal maneira no qual

as superpotências conduziam a sua política bélica, intervenção direta passou a ser uma exceção (como nas guerras da Coreia, do Vietnã ou do Afeganistão) do que regra.

Entretanto, Mumford (2013) afirma que deve-se tomar cuidado para não ver guerras de procuração como apenas uma guerra entre duas potências travadas em um terceiro país ou um conflito que reflete lutas ideológicas de potências externas.

Segundo Mumford (2013) a guerra de procuração deve sempre ser indireta - embora possa ser assimétrica, a Invasão Soviética foi uma intervenção direta para a URSS, mas indireta para os EUA - e o *proxy* pode ser estados ou atores não-estatais. A linha entre “aliança” ou “ajuda” e “proxy” é tênue, dependendo de uma análise mais subjetiva e individual das dinâmicas de poder entre proxy e seu patrocinador. A relação entre patrocinador e proxy não é exclusivamente entre estados, podem ser classificadas essas relações em quatro categorias:

Estado usando outro estado (com um substituto); estado usando um ator não-estatal (como uma organização terrorista, milícia ou empresa militar privada); um ator não-estatal usa um estado; um ator não estatal usa outro ator não-estatal (como uma força substituta) (MUMFORD, 2013, p. 45).

Mumford (2013) afirma que o uso de guerra de procuração e intervenção direta não são contraditórios, já que um poder externo pode usar proxies ao mesmo tempo que usa uma ação direta, ele cita o exemplo da Líbia, onde a OTAN bombardeou as forças de Gaddafi no ar enquanto em terra usava os rebeldes líbios como proxy.

Segundo Mumford (2013), as guerras de procuração acontecem por países considerarem que uma intervenção direta seria injustificável, inviável ou seria considerado ilegítimo ao considerarem os custos políticos, financeiros ou materiais. Cita o fenômeno da “obsolescência da grande guerra”, em que a guerra se tornou algo custoso, destrutivo e indesejável nas décadas recentes. Por exemplo, uma guerra direta entre União Soviética e Estados Unidos resultaria em uma guerra nuclear, como consequência mudam a forma de travar conflitos para proxies como alternativa. Assim, as potências utilizam um proxy como forma de evitar perdas humanas, gastos financeiros em um conflito longo e uma possível humilhação em caso de perda, mas ao mesmo tempo ainda podem avançar seus interesses estratégicos, e ainda evitam a escalada do conflito entre as duas potências externas.

Finalmente, Mumford (2013) diz que há quatro maneiras de travar uma guerra de procuração: Primeiro pela provisão de pessoal, que é o envio de tropas não-combatentes como “conselheiros”, que dão auxílio tático, estratégico, logístico e de inteligência, ou ainda

pelo envio de uma força de combate substituta (como as tropas cubanas na Guerra Civil Angolana ou o Grupo Wagner russo). A segunda é pela provisão de material, que consiste na venda e/ou fornecimento de armas, veículos e equipamentos para o proxy. A terceira é o apoio financeiro, que é o envio de dinheiro exclusivamente para propósitos bélicos, cobrindo os gastos financeiros do proxy. E o quarto é pela provisão de assistência não-militar, ou como clarifica Mumford, pelo uso de soft power, podendo se usar de diplomacia, ações simbólicas ou propaganda para apoiar seus proxies.

Em conclusão, Guerras de Procuração se tornaram a forma primária de grandes potências de travarem guerra para minimizar riscos e ainda assim poderem avançar seus objetivos estratégicos. Se dando pelo apoio de estados ou grupos não-estatais pelo apoio militar, financeiro, material ou até diplomático.

3.2 Como e porque Irã e Arábia Saudita usam Guerras de Procuração?

Tanto Teerã quanto Ríade não desejam um conflito militar direto, primeiramente porque não compartilham uma fronteira terrestre e para atravessar o Golfo Pérsico seria um desafio e esforço logístico quase impossível, a Arábia Saudita está sob a esfera de proteção dos Estados Unidos implicando uma resposta da maior potência militar do mundo contra o Irã, e para ambos lados ficaria alto demais os custos financeiros, materiais, políticos e humanitários, além de possivelmente causar a completa desestabilização da região. Assim, o Irã e Arábia Saudita vem investindo fortemente em uma estratégia de usar proxies na região para avançar seus objetivos estratégicos e combater a influência um do outro, assim como delimitado pela teoria de Mumford (2013).

Desde a Revolução de 1979, o Irã adotou a posição estratégica de “exportar a revolução”, que foi parte fundamental da política externa iraniana, principalmente nas primeiras fases pós-revolução. A lição aprendida na Guerra Irã-Iraque foi de evitar um confronto direto.

Wyss (2017), afirma que o poder militar convencional iraniano é relativamente fraco. Ao invés disso, Teerã investiu no que Dalton (2017) chama de “Guerra Híbrida”, que é formado “usando uma combinação de ferramentas militares e paramilitares, incluindo forças proxy, mísseis, ferramentas cibernéticas, forças marítimas e operações de informação” (DALTON, 2017, p. 1). Wyss (2017) ainda afirma que o uso de proxies evoluiu além de apenas motivos ideológicos e que se tornou parte integral da política externa iraniana “A decisão do Irã de intervir no exterior é, antes de mais nada, baseada em um cálculo de

realpolitik, levando em consideração os interesses iranianos, como dissuasão ou obtenção de legitimidade entre o público árabe” (WYSS, 2017, p. 26).

Além do uso de proxies, o Irã ainda usa de outras táticas que caem sob o limiar de uma guerra aberta, como mandar o IRGC para apoiar diretamente seus proxies em outros países (se enquadrando no que Mumford (2013) classificava como “provisão de pessoal”), o uso de operações de informação e cibernéticas para desestabilizar oponentes e propaganda, o uso da divisão naval do IRGC no Golfo Pérsico para provocar e incomodar navios dos Estados Unidos e países do Golfo, e a construção de mísseis balísticos que não são cobertos pelo acordo nuclear como forma de intimidação (DALTON, 2017).

Segundo Wyss (2017), o papel de treinar e equipar forças estrangeiras cai sob a Guarda Revolucionária Islâmica, que antes tinha apenas um papel interno, começa a “exportar a revolução” e evolui para a criação da Força Quds,

Saddam Hussein invadiu o Irã em setembro de 1980, e Khomeini convocou uma revolução pan-islâmica para derrotar Saddam Hussein e os governos regionais e internacionais que o apoiaram. Para atingir esse objetivo de segurança nacional, o IRGC criou e capacitou a Força Quds para construir uma rede organizacional forte entre os clérigos xiitas de elite iranianos, o IRGC, e uma rede emergente de milícias externas por proxy. (Heras, 2017, p. 2)

Smith (2017), afirma que a Força Quds é uma unidade sigilosa e o Irã não reconhece sua existência. A Força Quds mantém contatos com diversos grupos insurgentes na Líbia, Síria, Iraque e Palestina, sendo treinados no Irã e no Sudão. Além de treinamento e outros apoios de proxy, a Força Quds ainda realiza operações militares e operacionais diretas clandestinas. Segundo Wyss (2017) a Força Quds junto com o Hezbollah são suspeitos do atentado contra a Embaixada Israelense e à AMIA¹¹ em Buenos Aires em 1992 e 1994 respectivamente. A Força Quds tem contato direto com o Líder Supremo do Irã e do final da década de 90 até 2020 o comandante foi General Qasem Soleimani, que foi morto por um drone estadunidense no Aeroporto de Bagdá quando estava apoiando as operações de milícias xiitas no Iraque.

Uma das primeiras ações realizadas do Irã foi a tentativa de Golpe de Bahrein em 1981. Como narra Alhasan (2011) um grupo auto-denominado “Frente Islâmica para a Libertação do Bahrein” (FILB) foi formado com o objetivo explícito de derrubar a monarquia barenita e criar um regime islâmico aos moldes do Irã. Em Novembro de 1981 76 integrantes do grupo são presos acusados de planejar um golpe de estado, segundo as autoridades

¹¹ Associação Mutual Israelita Argentina

barenitas a tentativa de golpe foi organizada e planejada pelo Irã, expulsando o embaixador do país. Mas segundo Alhasan (2011), as acusações barenitas não foram apenas uma tentativa de colocar o Irã como bode expiatório, a organização teve um congresso em Teerã em 1980, fez anúncios declarando lealdade à Khomeini e sua causa, e a mídia iraniana fez diversos artigos cobrindo e apoiando a organização, incluindo alguns artigos cobrindo barenitas membros da organização que haviam se alistado nas forças armadas do Irã durante a Guerra Irã-Iraque.

Uma das organizações mais estratégicas para o Irã e que se encaixa no panorama que guerras de procuração é o Hezbollah. Na década de 80 o Líbano se envolveu em um período de violência e guerra civil. Quando o país ficou independente, a maioria cristã ficou com o controle do governo, entretanto, o conflito Israel-Palestina forçou muitos refugiados palestinos a se estabelecerem no Líbano, incluindo a Organização da Liberação da Palestina (OLP), que começou a lançar ataques contra Israel a partir sul do país. A mudança demográfica combinada com o esfrelamento do monopólio da violência estatal logo resultou em uma guerra sectária. A situação ficou ainda mais crítica com a invasão de Israel ao Líbano com o objetivo de colocar um governo amigável no comando (KINGSTON; OCHSENWALD, 2020).

O Irã vê no Líbano uma oportunidade estratégica única: a população xiita, vivia em situação de destituição, pobreza, com falta de representação política e eram localizados majoritariamente no sul do país, área ocupada por Israel desde 1978, poderiam assim atacar as tropas israelenses no Líbano e ficariam pertos da fronteira do território israelense (Takeyh, 2009). A outra organização xiita já existente, a AMAL¹², era mais moderada e secularizada, “a AMAL era relativamente moderada, e o Irã queria impor sua ideologia radical sobre eles. [...] Assim, o Irã estabeleceu o Hezbollah como uma alternativa à AMAL para realizar a missão do Irã em a região” (KHAN; ZHAOYING, 2020, p. 6).

Em 1982 o Irã envia um contingente do IRGC pela Síria, seu aliado, que começa a treinar e organizar as milícias xiitas em uma só organização, o Hezbollah. Além do treinamento, o Irã ainda financiou o grupo, que Takeyh (2009) estima o valor de ser ser entre 3 a 10 milhões de dólares entre 1982 e 1986, e cerca de 96 milhões de 1988 até 2002, forneceu em larga escala equipamento militar indo de armas pessoais até mísseis balísticos e apoio e proteção diplomáticas ao grupo. Ou seja, todas as formas de apoio como delimitadas por Mumford (2013).

¹² Sigla em árabe para *Afwaj al-Muqawmat al-Lubnaniyya*

Em 1983 o Hezbollah realiza um ataque suicida com um caminhão explodindo os quartéis Fuzileiros Navais estadunidenses e dos paraquedistas franceses em Beirute, matando mais de 300 militares (TAKEYH, 2009), forçando a retirada das tropas de paz do Líbano. Em 1989 com o Acordo de Taif, todas as milícias e grupos paramilitares foram obrigados e desarmar, exceto o Hezbollah, que continuava engajando os israelenses no sul do Líbano até 2000.

Como mencionado antes, ainda participaram do assassinato do Primeiro-Ministro Rafic Harriri em 2005 para impedir o fim da ocupação síria e se oporam à Revolução dos Cedros, e em 2006 o Hezbollah provocou uma guerra com Israel onde foi capaz de lutar em quase igualdade. O próprio General Soleimani, líder da Força Quds, afirma ter estado no Líbano auxiliando o Hezbollah em 2006 (TEHRAN TIMES, 2019).

Segundo Khan e Zhaoying (2020), as duas partes estão tão interligadas que a liderança do Hezbollah é formada em por clérigos iranianos mandados pelo Irã, o forte apoio de Teerã ao Hezbollah fez deste se tornar o principal ator interno no Líbano, podendo ser chamado de um “estado dentro de um estado”, e uma força regional poderosa no Levante, que por meio deste o Irã pode projetar sua influência na região.

É importante ainda citar que o Hezbollah ainda serve de *proxy* para a Síria, sua existência foi dada graças à aliança sírio-iraniana, com influência mudou o acordo para impedir o desarmamento, com o objetivo de ter um apoio para para manter a ocupação do Líbano e lutar contra Israel. A Síria funcionava como um intermediário com o Irã, e o apoio em comum Hezbollah ajudou a firmar a aliança entre Damasco e Teerã (TAKEYH, 2009). Essa aliança entre Irã, Síria, Hezbollah, além dos Houthis no Iêmen, Hamas na Palestina e as milícias xiitas da Forças de Mobilização Popular no Iraque formam o que se chamam de “Eixo de Resistência” (SOANGE, 2017, p. 12). O nome é uma resposta ao termo “Eixo do Mal” criado por George W. Bush no começo da Guerra ao Terror.

Outra das primeiras experiências do Irã foi no Iraque durante a guerra contra Saddam Hussein, quando o IRGC foi enviado para criar e treinar milícias rebeldes xiitas e curdas para tentar destruir o Iraque por dentro. Embora não tenha sido bem-sucedida, essa tentativa criou experiência em guerra de procuração para o Irã e criou uma rede de contatos que viriam a ser usados depois em 2003. Neste mesmo ano os Estados Unidos invade e derruba o governo de Saddam Hussein, segundo Tzemprin, Józic e Lambaré (2015, p.6) “A invasão dos EUA no país mudou o mapa geopolítico da região e colocou o Iraque ainda mais sob o controle do Irã.”, já que o governo instalado pelos estadunidenses era agora governado por uma maioria xiita.

Segundo Heras (2017), logo após Hussein ser deposto, a Força Quds já estava se mobilizando no Iraque, criando uma rede de milícias para se opor tanto coalizão americana quanto a insurgência jihadista e os lealistas baathistas. Grupos como o Hezbollah iraquiano (Kata'ib Hezbollah), o Exército Mahdi, a Rede Khazali e a Organização Badr, ativa desde os anos 90 (WYSS, 2016).

Em 2011 as tropas americanas terminam o processo de retirada, deixando um vácuo de poder que foi preenchido pelo Estado Islâmico do Iraque (antiga Al-Qaeda iraquiana) que pode aproveitar o caos no vizinho da Síria para expandir. Em 2014, com forças renovadas e agora chamado de Estado Islâmico do Iraque e Síria (ISIS), começa um ofensiva no norte do Iraque, as forças armadas iraquianas sob a pressão entram em colapso e batem em retirada, e o ISIS consegue capturar cidades estratégicas de Al-Qaim, Fallujah, Ramadi - essas duas próximas à Bagdá - e Mosul (WYSS, 2016).

O Irã sentindo o perigo de Iraque entrar em colapso e o surgimento de um estado jihadista no controle, leva Teerã a intervir na guerra contra o ISIS. Em 2014 a Força Aérea Iraniana começou uma campanha de bombardeio aéreo e o IRGC enviou tropas para o Iraque para treinamento e coordenação estratégica, incluindo a presença do próprio General Soleimani (BLACK; DEGHAN, 2014).

Segundo Heras (2014), sob a supervisão da Força Quds e com autorização do governo iraquiano, as milícias xiitas pró-iranianos (além de algumas milícias sunitas, yazidis e assírio-cristãs) foram reorganizadas e expandidas agora sob a égide das Forças de Mobilização Popular (FMP). Segundo Wyss (2016), o Irã apoiou o FMP com todas as características possíveis, com a “provisão de pessoal” com o IRGC mandando tropas para treinar e fazer aconselhamento tático-estratégico, “provisão de material” por enviar armas, artilharia, veículos e até drones, “apoio financeiro” mandando dinheiro e “assistência não-militar” por meio do auxílio a partidos políticos xiitas iraquianos e pelo uso da influência diplomática com o governo iraquiano para apoiar seus proxies.

A FMP começou a lutar ao lado das forças armadas do Iraque e se provaram essenciais para a luta contra o Estado Islâmico. Entretanto, mesmo após a supressão do ISIS, a FMP não foi desarmada, mas pelo contrário, oficializada. Assim como fez com o Hezbollah, o Irã foi capaz de criar um exército paralelo dentro do Iraque que é mais leal a Teerã do que Bagdá. Após Soleimani ter sido morto no Iraque por um drone estadunidense, em retaliação uma base da Coalizão foi bombardeada, resultando na morte de dois soldados estadunidenses, um britânico e 2 iraquianos, o ataque foi atribuído à milícia Kata'ib

Hezbollah, parte da FMP (AL JAZEERA, 2020). Além disso, o Irã mobilizou muitas das milícias da FMP para irem lutar na Síria à favor das forças do governo (AL-TAMIMI, 2015).

A Arábia Saudita por outro lado, teve sempre um papel de defensora do *status quo* da região. Ao contrário do expansionismo pró-ativo do Irã, Riade preferiria tomar uma posição mais reativa, entretanto, como mencionado por Soange (2017), a insegurança causada pela contração da influência e presença estadunidense na região levou o reino a repensar sua política externa.

Apesar de o reino ter um histórico de apoiar grupos por guerras de procuração, como os realistas durante a Guerra Civil do Iêmen do Norte e os Mujahideen durante a invasão soviética do Afeganistão e de ter o sexto maior investimento militar no mundo (STATISTA, 2021), os principais meios que a Arábia Saudita prefere usar são pelo soft power: Meca e Medina são os lugares mais sagrados do islã, dando assim ao reino legitimidade dentro do mundo mulçumano e amplo poder diplomático. Além disso, a Arábia Saudita é um dos maiores produtores de petróleo e gás natural do mundo, providenciando centenas de bilhões de dólares em receita ao reino por ano.

Como exemplo de apoio financeiro, podemos citar a Guerra Irã-Iraque, onde segundo Wynbrandt (2010), ao se sentir ameaçada pelo Irã, a Arábia Saudita começa a fazer empréstimos e doações para manter a máquina de guerra iraquiana funcionando. O valor total chegava a quase 25 bilhões, a dívida deixada seria o catalisador da Guerra do Golfo alguns anos depois, quando o Iraque anexou o Kuwait como forma de para as dívidas de quase 160 bilhões de dólares.

Segundo Berti e Guzansky (2014) a Arábia Saudita ainda vem fazendo altos investimentos nas Forças Armadas do Líbano, os oferecendo 3 bilhões de dólares como forma de ter uma força militar que possa contrabalançar a força militar do Hezbollah. Outros exemplos de apoio financeiro que podem ser citados:

À medida que suas receitas aumentaram, a Arábia Saudita se tornou um grande doador para países em desenvolvimento (principalmente nações islâmicas). O reino também forneceu apoio a organizações políticas e grupos de resistência, incluindo palestinos por meio da OLP, muçulmanos na Bósnia e os Contras na América Central. (WYNBRANDT, 2010, p. 259)

Por outro lado, a custódia de Meca e Medina dá à Árabia Saudita uma posição privilegiada no mundo mulçumano, o reino se considera o “Protetor do Islã” e usa do islã para expandir sua esfera de influência (TZEMPRIN; JÓZIC; LAMBARÉ, 2015), como consequência disso, qualquer ataque ao islã gera reações de Riade.

Wynbrandt (2010) demonstra isso com a Invasão Soviética do Afeganistão: a URSS ajudou a derrubar a antiga república e a instalar um regime marxista-leninista e um movimento de resistência logo se formou. O apoio à resistência estava em um contexto de Guerra Fria, mas unicamente adquiriu uma dimensão religiosa, a guerra foi vista como uma “guerra santa” e os guerrilheiros afegãos receberam o nome de "*Mujahideen*", termo árabe-mulçumano para um guerreiro santo.

A Arábia Saudita teve um papel essencial em transformar a guerra no Afeganistão em um conflito religioso, o reino havia anos usado seu dinheiro para a criação de escolas religiosas (“madrassas”), as escolas sauditas ensinavam principalmente a interpretação wahhabista do islã, “Durante a década de 1980 e depois, as madrassas serviram como canais para ajudar os graduados a se juntarem aos mujahideen que lutaram no Afeganistão contra os soviéticos” (WYNBRANDT, 2010, p. 248). A radicalização da guerra do Afeganistão ajudou a criar uma nova geração que tinha uma visão mais radical do islã. Uma dessas figuras era Osama bin-Laden, saudita que havia lutado como mujahideen e em 1988 fundou a Al-Qaeda.

Quando os mujahideen sauditas voltaram para casa, eles trouxeram o idealismo por uma forma pura de Islã que os havia despertado no Afeganistão. Muitos logo passaram a ver o estado e a sociedade para os quais voltaram como corruptos.(WYNBRANDT, 2010, p. 249)

A Arábia Saudita ainda continua financiando e criando madrassas e mesquitas ao redor do mundo que principalmente pregam e ensinam o wahhabismo, sendo acusado de perpetuar e espalhar uma visão radical do islã.

A Guerra Civil do Iêmen oferece uma perspectiva inversa à da Síria, enquanto na Síria o Irã oferece apoio às forças governistas com participação direta e a Arábia Saudita apoia grupos rebeldes, no Iêmen a Arábia Saudita participa de uma intervenção direta, enquanto o Irã tem um grupo rebelde local como proxy. Os Houthis começaram como uma pequena insurgência no norte do país, mas quando as negociações para a federalização fracassam, os Houthis amassam uma coalizão e tomam controle da capital Saná (ajudados por elementos das forças armadas leais a Saleh) tentando forçar o novo presidente Hadi a renunciar.

É importante mencionar que os Houthis funcionam diferente de outros proxies iranianos antes mencionados, Salisbury (2015) afirma que apesar de ser xiitas como o Irã, os Houthis subscrevem ao zaidismo ao invés do xiismo duodecimano do Irã, assim, a ideologia dos Houthis se baseia menos no conceito do *Velayat-e Faqih* e mais na governança

tradicional zaidita, dando menos foco à aspectos sectários a fim de criar uma base ampla. Salisbury (2016) também nota que o apoio público de Teerã tem sido bem limitado e ambos lados negam conexão entre si, embora note que é bem implausível que uma pequena insurgência possa ter se tornando o movimento que é hoje sem ajuda externa, comparando-o com o Hirak (movimento separatista do sul do Iêmen) que foi bem menos sucedido.

Não obstante, a Arábia Saudita intervém diretamente a favor das forças de Hadi não apenas para acabar com a insegurança em um país fronteiriço, mas muito da justificativa se dá em impedir a “influência iraniana” no país, apesar da tentativa de apoio sutil de Teerã (SALISBURY, 2015).

Finalmente, Mumford (2013) ainda afirma que um país menor pode usar uma potência maior como proxy. A Árabia Saudita vem tentando trazer de volta a presença americana de antes de 2011 como forma de ter uma vantagem contra Teerã, por exemplo, em 2012 e 2013 Riade pediu a comunidade internacional e a Washington a intervir na Síria, citando que com a ataque com armas químicas al-Assad teria ultrapassado a “linha vermelha” colocada por Obama (BERTI; GUZANSKY, 2014) enquanto no Iêmen as marinhas estadunidense e britânica ajudaram no bloqueio naval como tentativa de impedir a entrada de material e apoio aos Houthis no país (SALISBURY, 2015).

Em conclusão, a guerra por procuração é uma doutrina militar que apela para ambos, Irã e Arábia Saudita, por motivos semelhantes. O Irã é mais proficiente, com seus *proxies*, como o Hezbollah ou a FMP, se tornando basicamente braços de Teerã em países estrangeiros. Enquanto isso, a Arábia Saudita usa sua influência político-religiosa e suas incríveis receitas da indústria petrolífera como forma de contrabalançar a crescente influência do Irã, mais recentemente tomando uma atitude mais pró-ativa.

3.3 Guerra da Síria

Quando os protestos da Primavera Árabe se intensificam no mundo árabe a Síria se viu tendo um dos maiores protestos da região. Ao contrário da Tunísia ou Egito, não foi vista a queda do regime, mas foi como na Líbia onde as manifestações escalaram se transformando em uma guerra civil. Diferentemente da Líbia, não foi vista a queda rápida do regime, ao contrário, o conflito se prolongou e se intensificou. Um dos principais motivos para isso é que, ao contrário da Líbia, houve um amplo apoio internacional tanto ao lado do governo quanto da oposição, transformando assim em uma intensa guerra de procuração. Assim, a Guerra Civil da Síria é um dos conflitos centrais da Guerra Fria Irã-Arábia Saudita.

Os protestos começaram logo em março de 2011 inspirados na Tunísia e Síria, inicialmente pequenos, os protestos estouraram quando quatro pessoas foram mortas na cidade de Daara no sul do país (Daara seria depois apelidada de “O Berço da Revolução”). Em retaliação, o regime adotou uma resposta forte, com a polícia e forças armadas prendendo oponentes políticos e usando força letal e equipamento militar como tanques e helicópteros contra manifestantes, essas represálias apenas serviram para enfurecer a população síria e grandes protestos se espalharam pelo país. Em Junho começam as primeiras lutas armadas pelos movimentos de oposição e muitos soldados começam a desertar, formando grupos rebeldes e dando início à guerra civil (KAKAR; TAREEN; BABRECH, 2019).

No final de 2011 a oposição armada logo se organizou sob o “Exército Síria Livre” (ESL), uma organização abrangente que foi inicialmente formada por desertores e voluntários civis, a contraparte civil da ESL é a “Coalizão Nacional Síria” (CNS).

Conforme a rebelião foi se espalhando pela Síria, a oposição foi atraindo elementos islamistas para suas fileiras. Segundo Pradhan (2017) o islâmismo foi sempre a oposição tradicional contra o regime Baathista, com a Irmandade Muçulmana sendo o principal grupo de oposição pré-2011. Motivados, além do autoritarismo do regime, por motivos sectários: contra o secularismo e as elites alauítas. Segundo Moniquet (2013) nos protestos clérigos sunitas (e muitos wahhabistas) ajudaram a mobilizar as manifestações, e ainda Moniquet (2013) afirma a oposição foi “islamizada”, as facções mais moderadas e democráticas perderam espaço para vários grupos islamitas, wahhabistas e jihadistas que cresceram e conseguiram polarizar o conflito para seus aspectos mais radicais e sectários. O destaque pode ser dado à Al-Nursa (atual Tahrir al-Sham), grupo que se declarou braço da Al-Qaeda na Síria, e que na província de Idlib criaram um governo paralelo à CNS, o Governo da Salvação Sírio.

É importante esclarecer que as facções islamistas não estão inteiramente alinhadas umas com as outras, pois o movimento unido se descentralizou. A luta interna entre rebeldes moderados e jihadistas e entre os próprios jihadistas acontece esporadicamente. Moniquet (2013) afirma um fatores essenciais para o seu sucesso foi que os grupos wahhabistas/salafistas¹³ receberam amplo apoio externo pelo financiamento e armas, enquanto “o fracasso inicial da Arábia Saudita, Qatar e Turquia em contrabandear grande quantidade de armas para o Exército Sírio Livre favoreceu os grupos rebeldes salafistas” (MONIQUET, 2013, p. 12).

¹³ Salafismo é um movimento sunita que prega o retorno ao islã “puro”. O wahhabismo e o jihadismo fazem parte do movimento salafista.

A entrada de grupos jihadistas para a guerra na Síria logo atraiu a atenção da Al-Qaeda do Iraque (o “Estado Islâmico do Iraque”) que começou a entrar no território Sírio como forma de apoiar seu afilhado, a Al-Nusra e se aproveitar do vácuo de poder deixado pela guerra civil. Ao entrar em território sírio, o grupo entrou em conflito com as forças do governo, da oposição e eventualmente até com a própria Al-Nusra.

A organização foi renomeada para “Estado Islâmico do Iraque e Síria” (ISIS) e com o território conquistado na Síria o grupo também avançou no Iraque, fazendo uma ofensiva tão bem sucedida que quase alcançou Bagdá (KAKAR; TAREEN; BABRECH, 2019).

O quarto beligerante são as Forças Democráticas Sírias (FDS), localizadas no Curdistão Sírio (o Rojava). Quando a guerra civil eclode, o governo retira suas tropas da região para se concentrar em lutar a oposição em outros locais e milícias curdas lideradas pelas Unidades de Proteção Populares (YPG¹⁴) tomam conta da região, o FDS é uma coalizão de milícias curdas, árabes e assírio-cristãs. Apesar de ser contra o governo, a FDS também entra em confronto com as forças de oposição e eventualmente são os primeiros na linha de frente contra o ISIS. Com o apoio dos Estados Unidos e OTAN, as FDS e o YPG conseguem tomar território antes segurado pelo ISIS e atualmente controla o nordeste sírio (KAKAR, TAREEN, e BARECH, 2019).

Sobre a Guerra Civil na Síria, Blanga (2017) sintetiza:

O que começou como um protesto camponês na zona rural do sul da Síria foi rapidamente transformado em uma guerra entre forças radicais e moderadas (ISIS e o Exército Sírio Livre), um conflito entre sunitas e xiitas (Irã e Hezbollah opostos à Arábia Saudita e Turquia), e entre Oriente e Ocidente (Rússia versus Estados Unidos). (BLANGA, 2017, p. 12)

Como mencionado anteriormente, a Guerra Civil da Síria se prolonga porque as diferentes potências externas transformam o conflito sírio em uma guerra de procuração. A Oposição Síria é apoiada por Estados Unidos, OTAN, Turquia, Arábia Saudita e os países do Golfo (o GCC), esses diferentes países têm longas disputas com a Síria e querem contrabalancear a influência dos aliados da Síria: Rússia e Irã (KAKAR; TAREEN; BARECH, 2019).

A Arábia Saudita tem um papel importante para a oposição, o reino tem uma longa história de inimizade com o regime de Bashar Al-Assad, segundo Pradhan (2017) já no começo dos protestos, Riade já estava fazendo pressão diplomática contra Al-Assad. Quando ficou claro que o governo Baathista não faria reformas, que não haveria uma revolução como

¹⁴ Do curdo *Yekîneyên Parastina Gel*

na Líbia e que não haveria uma intervenção estadunidense como no Iraque apesar dos repetidos pedidos de Riade, a Arábia Saudita então intensifica o patrocínio aos grupos de oposição (BERTI; GUZANSKY, 2015).

Segundo Blanga (2017), a Arábia Saudita começou a usar de sua imensa fortuna e começou a pagar os salários dos soldados da ESL. O reino começou a comprar armas de vários países e a contrabandear para a Síria por meio da Turquia, Jordânia e Líbano. Junto com o GCC, organizaram a oposição a criar a Coalizão Nacional Síria após uma conferência em Doha, Qatar; “O papel da Arábia Saudita não tem se concentrado apenas em fornecer assistência material e financeira, mas também em oferecer para impulsionar o status e as capacidades da oposição política a Assad” (BERTI; GUZANSKY, 2015, p. 5). Ainda Kakar, Tareen, Barech (2019) afirmam que o reino usou da sua influência religiosa para fomentar oposição ao regime de Assad no mundo sunita e recrutar pessoas para lutar contra o regime, “Curiosamente, os líderes religiosos da Arábia Saudita estão clamando pela Jihad na Síria. Aidh al-Qarni, um dos renomados líderes religiosos da Arábia Saudita, até mesmo pediu publicamente a morte de Assad.” (KAKAR; TAREEN; BARECH, 2019, p. 139).

Em 2013 a Arábia Saudita tenta e falha em persuadir os EUA e a OTAN a intervirem na Síria após os ataques com gás sarin, resultando em sentimentos que não poderiam mais contar com seus aliados em Washington. Ao mesmo tempo, o Irã começou a reforçar sua presença no país, trazendo tropas para apoiar o regime, as forças do Hezbollah e milícias xiitas. Com isso, os sauditas intensificam sua estratégia de guerra de procuração. Com o esfarelamento do ESL e os rebeldes mais moderados, a Arábia Saudita começou a aumentar o apoio para grupos islamistas, salafistas, wahhabistas e jihadistas, antes o apoio era seletivo por pressão estadunidense. Blanga (2017) cita que a Arábia Saudita ajudou a criar a *Jaish al-Fatah* (“Exército da Conquista”), um comando conjunto das facções rebeldes islamistas, e apoiou a Ahrar al-Sham, a maior organização islamista fora da Al-Nusra. E até deu apoio limitado à Al-Nusra com a condição que cortassem suas ligações com a Al-Qaeda (BLANGA, 2017).

As formas de apoio podem ser por canais não estatais, segundo Moniquet (2013), grande parte do crescimento dos grupos mais radicais foi que receberam financiamento de membros privados da Casa de Saud (a família real tem quase 25 mil membros), da família real do Qatar, organizações de ajuda islâmica e famílias de empresários sírios. Berti e Guzansky (2015) afirmam que embora a oposição oficial contra o ISIS e a Al-Nusra, não impediu que doações privadas vindas do reino fossem para esses e outros grupos. Moniquet (2013) argumenta que Arábia Saudita e Qatar ao se recusar a enviar armas pesadas para a

ESL - por causa da influência dos EUA de não quererem que essas armas fossem para grupos radicais - acabou empoderando esses grupos, que recebiam de fontes que não poderiam ser controladas.

Quando os protestos começam na Síria, o Irã parte para apoiar o governo de Bashar Al-Assad. Os dois países têm uma relação historicamente estreita e a perda da Síria seria uma perda catastrófica para Teerã. Não só apenas a Síria é um país no Oriente Médio que compartilhe da mesma visão estratégica para a região, mas a localização geográfica da Síria permite que o Irã pode projetar seu poder para o resto do levante e mediterrâneo, dali pode lutar contra Israel e apoiar seus proxies no Líbano (Hezbollah) e Palestina (Hamás). A relação entre Síria e Irã forma o centro do chamado “Eixo de Resistência”. A presença e a influência do Irã é um dos principais motivadores de várias potências (em especial a Arábia Saudita) a apoiarem os grupos de oposição, com a expectativa de remover um dos pilares estratégicos da república islâmica.

Quando a guerra eclodiu, o Irã logo ofereceu auxílio militar à Síria, enviando tropas do IRGC para o país. Essas tropas servem como forma de provisão de pessoal, aumentando as capacidades das forças governistas oferecendo treinamento, inteligência, auxílio tático e estratégico (DALTON, 2017).

Uma das estratégias usadas pelo Irã é o que Mumford (2013) chama de “forças substitutas”, segundo Smyth (2014) Teerã começou a enviar milícias xiitas vindas de outros países para lutar em seu lugar ao invés de usar suas próprias tropas. Do Líbano vem o Hezbollah, do Iraque vem milícias xiitas parte das FMP e milícias árabes-xiitas nativas da Síria.

O Irã ainda recruta nacionais afegãos e paquistaneses para formar “legiões estrangeiras” armados, treinados e pagos pelo IRGC, para lutar na Síria, em troca de cidadania iraniana. Sendo essas milícias a Liwa Zainebiyoun (paquistaneses) e Liwa Fatemiyoun (afegãos da etnia persa Hazara).

O Irã também ajuda com o uso de força militar direta e pelo uso de bombardeio aéreo por aviões e drones. Teerã aproveitou o surgimento do ISIS para aumentar sua presença na região e aumentar o contingente, Dalton (2017) afirma que essa decisão resultou na Arábia Saudita e Qatar em financiar grupos wahhabistas mais radicais como forma de combater o aumento do poder e presença iraniana.

Em conclusão, o conflito da Síria nasce dos protestos da Primavera Árabe, mas devido a uma série de fatores históricos, vários países intervêm na região e o conflito se intensifica. O Irã e Arábia Saudita usam o país como front em sua guerra fria.

Das quatro maneiras citadas por Mumford de travar guerras de procuração, os dois fazem a provisão de material: transportando armas e equipamento militar para seus proxies. O Irã tem uma estratégia para a provisão de pessoal, eles enviam tropas do IRGC para aumentar as capacidades das forças do governo como “conselheiros”, mas também usa de “forças substitutas”, enviando milícias xiitas para lutar em seu lugar. A Arábia Saudita por outro lado é proficiente no apoio financeiro, enviando dinheiro para seus proxies, embora não tenha controlado doações privadas de sauditas, o que ajudou a ascensão das facções islamistas e jihadistas na oposição. Também usou de seu capital político para apoiar as partes civis da oposição no âmbito internacional.

4 Conclusão

O estudo realizado tinha como objetivo analisar o conflito Irã-Arábia Saudita e verificar como usam as guerras de procuração para influenciar os conflitos no Oriente Médio. Através de uma análise histórica do desenvolvimento da Guerra Fria Irã-Arábia Saudita foram verificados os motivos e interesses por trás dela, usando a Síria como um estudo de caso para ver as formas específicas de como conduzem guerras de procuração.

Para descobrir a origem do conflito Irã-Arábia Saudita, foi traçada a história dos dois países, começando pela formação do estado moderno saudita e iraniano. O que pode ser verificado é que foi o legado da dinastia Pahlev que tomou o controle de um estado decadente e fraco, tentou se modernizar via autoritarismo, mas esse processo acabou por levar as condições que causaram a Revolução Islâmica.

A Arábia Saudita por outro lado criou um estado quase do zero mas sob a liderança da Casa de Saud, unidos e guiados pelo Wahhabismo junto com os lucros do petróleo, o estado saudita surge bem centralizado e unido, fortemente alinhado com os Estados Unidos. O capítulo da Guerra Fria mostrou esses regimes em face ao mundo pós-guerra com o surgimento de duas ideologias anticolonialistas: o Pan-Arabismo e o Islamismo. O primeiro foi responsável por definir a Arábia Saudita como um país defensor do *status quo* e reativo a movimentos desse tipo, o islamismo por outro lado, ganha força após a Guerra dos Seis Dias e se torna influente principalmente no movimento para a Revolução Iraniana.

Pode ser verificado que as relações entre Irã e Arábia Saudita eram cordiais e regulares até a Revolução Islâmica. Embora o movimento contra o xá fosse abrangente, envolvendo a esquerda, liberais democráticos e a classe clerical, foi esse último que acabou

liderando a revolução. Muito da revolução se deu ao carisma do Aiatolá Khomeini, sob sua visão pessoal deu-se a construção ideológica da revolução e da nova República Islâmica.

Para este trabalho duas das suas posições foram mais importantes: primeiro, o antimonarquismo de seu movimento direcionado contra o xá e as monarquias do golfo (com a Arábia Saudita em particular), segundo, sua posição de que os outros países islâmicos deveriam adotar a *Velayat-e Faqih* e derrubarem seus governos em uma revolução igual a iraniana. Sendo assim, o Irã deveria estar na vanguarda desse movimento “exportando” a revolução. Os sauditas respondem isolando os iranianos e financiando o Iraque na Guerra Irã-Iraque. Assim, pode ser concluído que a Revolução Islâmica foi um “divisor de águas”, marcando a quebra das relações Teerã-Riade.

Em 2011, a Primavera Árabe começou como protestos contra regimes autoritários, mas se alastraram de forma avassaladora pelo Oriente Médio e a desestabilização causada forçou os países a repensarem a sua política externa estratégica. O Irã retorna ao conceito de “exportar a revolução”, com o objetivo de conseguir novos aliados e minar a influência de regimes rivais. Embora tenha falado a favor da maioria dos protestos, Teerã dá um foco pessoal para grupos xiitas marginalizados.

A Arábia Saudita, por outro lado, luta pela preservação do próprio regime. Com a diminuição da influência dos Estados Unidos na região, fazendo os sauditas reavaliarem este como aliado e garantidor da segurança confiável, assim, embarcando em uma política externa mais agressiva que procura neutralizar a influência iraniana e garantir seu próprio regime pelo apoio preventivo a certos governos e atores não-estatais.

Ambos os lados usam do sectarismo como forma de conseguir aliados e proxies para minar a influência de seus rivais. Síria, Iêmen e Bahrein se tornam parte dessa guerra fria, pois os três países têm posições geopolíticas estratégicas e conflitos sectários que Riade e Teerã podem inflamar. Assim, os dois lados exploram o caos causado pelos protestos para ser um campo de batalha entre os dois países, uma guerra fria. Pode-se afirmar que a partir de 2011 se dá o começo da fase atual e mais intensa da rivalidade Irã-Arábia Saudita.

Com a teoria de Mumford (2013) pode-se fazer uma análise teórica das guerras de procuração. As principais motivações para conduzir esse tipo de estratégia como delimitadas por Mumford (2013) estão de acordo com os posicionamentos do Irã e Arábia Saudita. Ambos querem diminuir os riscos, não querendo confronto direto, preferem espalhar sua influência pelo Oriente Médio via proxies e aliados.

O estudo ainda identificou as estratégias específicas das guerras de procuração: a Arábia Saudita tem uma posição privilegiada dentro do mundo mulçumano por ter controle

de Meca e Medina, sua produtiva indústria petrolífera, que gera amplo capital de *soft power* que Riade usa para apoiar seus aliados e proxies. O Irã por outro lado utilizou-se oportunisticamente de conflitos em outros países para criar uma série de milícias e grupos paramilitares alinhados com os iranianos, esses proxies são criados pelo IRGC e agem como um braço de Teerã em países estrangeiros.

Finalmente, a Guerra Civil da Síria serviu de exemplo prático para analisar as formas pelas quais Irã e Arábia Saudita praticam guerra de procuração uns contra os outros. A Arábia Saudita tomou a posição da oposição, apoiando-a politicamente e financeiramente da mesma forma como apontado antes, mas ainda pela provisão de material. Um fator importante que foi descoberto é que grupos salafistas e jihadistas foram financiados extra-oficialmente por membros da Casa de Saud, o que ajudou a dar força a esses grupos, e posteriormente como os EUA não quiseram interferir no país, os sauditas acabam apoiando esses grupos de qualquer maneira. O Irã se posiciona ao lado das forças governistas, além de apoiar as forças governamentais regulares, o Irã aplica sua estratégia de guerra de procuração pelo uso das milícias e paramilitares proxies, treinando elas e trazendo grupos semelhantes do exterior, como o Hezbollah e as FMP, para lutar na Síria.

Desta forma, o trabalho verificou a hipótese de que a fase atual do conflito é resultado da Primavera Árabe - em 2011 - e de uma rivalidade entre as duas nações para se tornar a potência regional dominante.

De fato, o estudo histórico mostrou que a Arábia Saudita por ter controle de Meca e Medina, as cidades mais sagradas para o Islã, sendo guiado por um vertente mais fundamentalista (wahhabismo) e suas enormes riquezas devido à indústria petrolífera se vê como o centro e liderança do mundo islâmico. O Irã inicialmente estava menos inserido no contexto de disputas do Oriente Médio. Isso se modifica com a Revolução Iraniana e a nova ideologia do estado revolucionário que afirmava que os outros países islâmicos deveriam realizar uma revolução igual a iraniana, e que o Irã deveria “exportar a revolução” liderando esse movimento revolucionário. Essas posições colocam Teerã e Riade em choque, mas não é até a Primavera Árabe que essas tensões chegam a um ponto de ebulição, com o caos dos movimentos colocando os dois países a apoiar movimentos adversários. Também conclui-se que o cisma sunita-xiita não é puramente o motivo para a rivalidade, já que ambos países apoiam diferentes partes da vertente contrária, mas sim, o que foi concluído é que ambos inflamam sentimentos sectários para criar e apoiar seus proxies.

A segunda hipótese verificada foi a de que Irã e a Arábia Saudita participam de forma direta, enviando forças militares e paramilitares, patrocinando governos e atores não-estatais

de forma monetária, militar e diplomática. Com a teoria de guerras de procuração delimitada por Mumford (2013) foi possível verificar a hipótese: verificou-se que ambos países conduzem guerras de procuração das quatro formas citadas acima, mas a Arábia Saudita tem mais afinidade em apoiar por meios financeiros e diplomáticos-políticos, enquanto o Irã faz pela providência pessoal e material.

Para estudos futuros pode ser feito uma análise de caso semelhante ao da Síria, assim como feito neste trabalho, com a Guerra Civil no Iêmen, verificando causas e consequências e as formas de interferência externa. O Iêmen apresenta uma situação inversa a da Síria: Riade apoia as forças governamentais “legítimas” com uma intervenção direta com “*boots on the ground*”, enquanto Teerã apoia uma milícia de oposição, os Houthis. Ainda pode-se fazer um estudo da Guerra Fria Irã-Arábia Saudita dentro do conflito Israel-Palestina, visto que o Irã apoia o Hamas e os sauditas têm pesada presença nas negociações nos projetos de paz. E além disso, pode-se ver mais “guerras frias” no Oriente Médio, a Turquia ainda tem uma rivalidade semelhante com Teerã, Israel sendo um oponente tradicional e os Estados Unidos como sendo o principal oponente em um escopo maior, enquanto podem ser analisados o Qatar e a quebra das relações com Riade e o seu aumento das relações com o Irã, e ainda como Rússia e China servem ou podem servir como contrapartes aos EUA neste conflito.

Referências

ABRAHAMIAN, Ervand. **A History of Modern Iran**. 2. ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2018.

ALHASAN, Hasan. The role of Iran in the failed coup of 1981: The IFLB in Bahrain. **Middle East Journal**, [S.I.], v. 65, n. 4, p. 603-617, jun. 2011.

AL JAZEERA. **US launches air raids in Iraq after deadly rocket attack**. 2020. Disponível em:
<https://www.aljazeera.com/news/2020/3/13/us-launches-air-raids-in-iraq-after-deadly-rocket-attack>. 2020. Acesso em: 19 jul. 2021.

AL-TAMIMI, Aymenn Jawad. **The Return of Iraqi Shi'i Militias to Syria**. 2015. Disponível em: <https://www.mei.edu/publications/return-iraqi-shii-militias-syria>. Acesso em: 19 jun. 2021.

ANDERSON, Irvine H.. **Aramco, the United States, and Saudi Arabia**. Princeton: Princeton University Press, 1981.

BERTI, Benedetta; GUZANSKY, Yoel. Saudi Arabia's Foreign Policy on Iran and the Proxy War in Syria: toward a new chapter?. **Israel Journal Of Foreign Affairs**, [S.I.], v. 8, n. 3, p. 25-34, 29 jul. 2015.

BLACK, Ian; DEHGHAN, Saeed Kamali. **Qassem Suleimani: commander of Quds force, puppeteer of the Middle East**. 2014. Disponível em:
<https://www.theguardian.com/world/2014/jun/16/qassim-suleimani-iraq-iran-syria>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BLANGA, Yehuda U.. Saudi Arabia's Motives in the Syrian Civil War. **Middle East Policy**, [S.L.], v. 24, n. 4, p. 45-62, dez. 2017.

BOWDEN, James. Defending the Heartland: Saudi Arabia's response to the Arab Spring. In: ÇAKMAK, Cenap; ÖZÇELİK, Ali Onur (org.). **The World Community and the Arab Spring**. [S.I]: Palgrave Macmillan, 2019. p. 355-375.

CHUBIN, Shahram. Iran. In: SAYIG, Yezid; SHLAIM, Avi (org.). **The Cold War and the Middle East**. Oxford: Oxford University Press, 1997. p. 216-250.

COGGIOLA, Osvaldo. **A Revolução Iraniana**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CUNO, Christopher. Anglo-Persian Oil Company (APOC). In: LI, Xiaobing; MOLINA, Michael (org.). **Oil: A Cultural and Geographic Encyclopedia of Black Gold**. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2014. p. 13-15.

DALTON, Melissa G.. How Iran's hybrid-war tactics help and hurt it. **Bulletin Of The Atomic Scientists**, [S.L.], v. 73, n. 5, p. 312-315, 21 ago. 2017.

FOROZAN, Hesam; SHAHI, Afshin. The Military and the State in Iran: the economic rise of the revolutionary guards. **The Middle East Journal**, [S.I], v. 71, n. 1, p. 67-86, 1 fev. 2017.

GERGES, Fawaz A.. **Making the Arab World**: Nasser, Qutb, and the Clash that Shaped the Middle East. Princeton: Princeton University Press, 2018.

KAKAR, Muhammad Dawood; TAREEN, Mati Ullah; BARECH, Dost Muhammad. The New Cold War in Syria. **Middle East Review**, Islamabad, v. 1, p. 130-145, jan. 2019.

KERR, David. Unidade e Variedade no Islã. In: ALEXANDER, Pat (org.). **As Religiões do Mundo**. São Paulo: Melhoramentos, 1996. p. 332-336.

KERR, Malcom. **The Arab Cold War, 1958-1967**: A Study of Ideology in Politics. [S.I]: Oxford University Press, 1967.

KHAN, Akbar; ZHAOYING, Han. Iran-Hezbollah Alliance Reconsidered: what contributes to the survival of state-proxy alliance?. **Journal Of Asian Security And International Affairs**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 101-123, 30 mar. 2020. SAGE Publications.

KINGSTON, Paul; OCHSENWALD, William L.. **Lebanese Civil War**. 2020. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Lebanese-Civil-War>. Acesso em: 04 jun. 2021.

MATTHEE, Rudi. **Safavid Dynasty**. 2008. Disponível em: <https://iranicaonline.org/articles/safavids>. Acesso em: 02 abr. 2021

MONIQUET, Claude. **The involvement of Salafism/Wahhabism in the support and supply of arms to rebel groups around the world**. Bruxelas: EU: Publications Office, 2013.

MUMFORD, Andrew. **Proxy Warfare**. Cambridge: Polity Press, 2013.

OSMAN, Tarek. **Islamism: what it means for the middle east and the world**. New Haven: Yale University Press, 2016.

PRADHAN, Prasanta Kumar. **Arab Spring and Sectarian Faultlines in West Asia: Bahrain, Yemen and Syria**. Nova Deli: Institute For Defence Studies And Analyses, 2017.

REILLY, James A.. **Fragile Nation, Shattered Land: the modern history of syria**. [S.I]: Lynne Rienner Publishers, 2018.

ROSSOW, Robert. The Battle of Azerbaijan: 1946. **Middle East Journal**, [S.I], v. 10, n. 1, p. 17-32, jan. 1956.

SALISBURY, Peter. **Yemen and the Saudi-Iranian 'Cold War'**. 2015. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/2015/02/yemen-and-saudi-iranian-cold-war>. Acesso em: 17 mar. 2021.

SAYIG, Yezid; SHLAIM, Avi. Introduction. In: _____ (org.). **The Cold War and the Middle East**. Oxford: Oxford University Press, 1997. p. 48-77.

SEALE, Patrick. Syria. In: SAYIG, Yezid; SHLAIM, Avi (org.). **The Cold War and the Middle East**. Oxford: Oxford University Press, 1997. p. 48-77.

SMYTH, Phillip. **Iran's Afghan Shiite Fighters in Syria**. 2014. Disponível em: <https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/irans-afghan-shiite-fighters-syria>. Acesso em: 21 jun. 2021.

STATISTA. **Countries with the highest military spending worldwide in 2020**. 2021. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/262742/countries-with-the-highest-military-spending/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

TAKEYH, Ray. **Guardians of the Revolution: Iran and the World in the Age of the Ayatollahs**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2009.

TAKEYH, Ray; SIMON, Staven. **The Pragmatic Superpower: winning the cold war in the middle east**. [S.I]: W. W. Norton & Company, 2016.

TEHRAN TIMES. **General Soleimani Reveals Untold Facts of 2006 Lebanon War**. 2019. Disponível em: <https://www.tehrantimes.com/news/440726/General-Soleimani-Reveals-Untold-Facts-of-2006-Lebanon-War>. Acesso em: 15 jun. 2021.

TZEMPRIN, Athina; JÓDIC, Jugoslav; LAMBARÉ, Henry. The Middle East Cold War: Iran-Saudi Arabia and the Way Ahead. **Croatian Political Science Review**, [S.I], v. 52, p. 187-202, 15 jul. 2015.

ÜNAL, Yusuf. Sayyid Quṭb in Iran: translating the islamist ideologue in the islamic republic. **Journal Of Islamic And Muslim Studies**, [S.L.], v. 1, n. 2, p. 35, 2016.

VAN EVERA, S. **Guide to Methods for Students of Political Science**. Ithaca: Cornell University, 1997.

VASSILIEV, Alexei. **The History of Saudi Arabia**. [S.I]: NYU Press, 2000.

WEHREY, Frederic *et al.* **The Rise of the Pasdaran: assessing the domestic roles of Iran's Islamic Revolutionary Guards Corps**. [S.I]: Rand Corporation, 2009.

WYNBRANDT, James. A **Brief History of Saudi Arabia**. Nova Iorque: Facts On File, 2010.

WYSS, Michael. **Iranian Proxy Warfare in Iraq and Yemen**. 2016. Disponível em: <https://www.ict.org.il/UserFiles/ICT-Rag-Iranian-Proxy-Wyss.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021.

ZAMAN, Shams Uz. Iran's Unscrupulous Role in the Arab Spring: a march back to authoritarianism?. In: ÇAKMAK, Cenap; ÖZÇELİK, Ali Onur (org.). **The World Community and the Arab Spring**. [S.L.]: Pelgrave Macmillan, 2019. p. 275-301.